

# DIÁRIO

## da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

### COMISSÃO PERMANENTE

### REUNIÃO DE 30 DE JULHO DE 2002

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex. <sup>mos</sup> Srs. Manuel Alves de Oliveira  
Ascenso Luís Seixas Simões

## SUMÁRIO

*O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 15 minutos.*

*Antes da ordem do dia.* — Deu-se conta da apresentação das propostas de lei n.º 21/LX (ALRM) e 22/LX, de requerimentos e de respostas a alguns outros.

*Em interpelação à Mesa,* o Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) apresentou um pedido para que o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação venha à Comissão Permanente dar explicações sobre o anúncio que fez de criação de novas portagens.

*O Sr. Deputado Maximiano Martins (PS) falou sobre algumas das medidas anunciadas pelo Ministro da Economia para o relançamento da economia nacional mas que ainda não foram apresentadas à Assembleia da República.*

*O Sr. Deputado António Filipe (PCP) teceu considerações sobre os fogos florestais e o anúncio da criação de novas portagens feito pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Naraña Coissoró (CDS-PP).*

*Também a Sr.ª Deputada Isabel Castro (Os Verdes) se referiu à problemática dos fogos florestais e ao facto de não ter estado a funcionar o sistema de alerta sobre os níveis de ozono e deu res-*

*posta a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Naraña Coissoró (CDS-PP).*

*O Sr. Deputado António Nazaré Pereira (PSD) interveio igualmente sobre a temática dos fogos florestais e o anúncio da criação de novas portagens, respondendo ainda a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro (PS).*

*Em interpelação à Mesa,* o Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP) anunciou a entrega na Mesa, para entrega subsequente ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, de um requerimento a solicitar a análise de uma amostra de líquido colhida no aterro sanitário do Oeste.

*Ordem do dia.* — Foi aprovado o Regulamento da Comissão Permanente.

*Procedeu-se ao debate, solicitado pelo Governo, sobre o défice orçamental de 2001, no qual intervieram, a diverso título, além da Sr.ª Ministra de Estado e das Finanças (Manuela Ferreira Leite), os Srs. Deputados Lino de Carvalho (PCP), Eduardo Cabrita (PS), Isabel Castro (Os Verdes), Luís Fazenda (BE), Joel Hasse Ferreira (PS), Telmo Correia (CDS-PP), Guilherme d'Oliveira Martins (PS), Tavares Moreira (PSD) e Diogo Feio (CDS-PP).*

*O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 30 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 15 horas e 15 minutos.*

*Srs. Deputados presentes à reunião:*

*Partido Social Democrata (PSD):*

Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
Arménio dos Santos  
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
Fernando Mimoso Negrão  
Fernando Santos Pereira  
Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques  
Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
João Bosco Soares Mota Amaral  
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
Luís Manuel Machado Rodrigues  
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
Manuel Alves de Oliveira  
Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares  
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
Pedro Miguel de Azeredo Duarte

*Partido Socialista (PS):*

Acácio Manuel de Frias Barreiros  
António Luís Santos da Costa  
Ascenso Luís Seixas Simões  
Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira  
Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins  
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
Jorge Lação Costa  
José Manuel Santos de Magalhães  
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa  
Manuel Maria Ferreira Carrilho  
Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
Paulo José Fernandes Pedroso

*Partido Popular (CDS-PP):*

João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
João Rodrigo Pinho de Almeida  
Narana Sinai Coissoró  
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

*Partido Comunista Português (PCP):*

António Filipe Gaião Rodrigues  
Bernardino José Torráo Soares  
Lino António Marques de Carvalho

*Bloco de Esquerda (BE):*

Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

*Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):*

Isabel Maria de Almeida e Castro

*ANTES DA ORDEM DO DIA*

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, no início dos nossos trabalhos, quero saudar todos.

Como sabem, isto não é um recomeço dos trabalhos pela simples razão de que eles têm continuado, porque continua a haver reuniões das comissões, extremamente produtivas certamente, portanto, o Parlamento tem estado a trabalhar — eu próprio estive em trabalho na semana anterior com uma delegação do Parlamento numa visita oficial a Cabo Verde — e hoje temos esta reunião que foi convocada expressamente a pedido do Governo.

Para formalizarmos a composição da Mesa desta reunião devemos designar secretários. É isto que decorre do Regulamento da Comissão Permanente que foi aprovado na legislatura anterior e que temos de considerar em vigor até que seja alterado.

Conforme dispõe esse Regulamento, os secretários são indicados pelos dois maiores partidos. O PSD já comunicou à Mesa que indica para secretário o Sr. Deputado Manuel Alves de Oliveira, mas falta a indicação do Partido Socialista.

O Sr. Guilherme de Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Guilherme de Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, quero informá-lo de que indicamos para secretário da Mesa o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. Presidente: — Então, peço aos Srs. Deputados Manuel Alves de Oliveira e Ascenso Simões o favor de ocuparem os seus lugares à minha direita e à minha esquerda, para iniciarmos os nossos trabalhos.

O Sr. Fernando Serrasqueiro (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Serrasqueiro (PS): — Sr. Presidente, gostaria de colocar-lhe uma questão.

Nos últimos dias, tivemos conhecimento de bastas declarações do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação sobre a questão das portagens, o qual, neste momento, já tem ideias claras sobre esta matéria.

Nós entendemos, Sr. Presidente, que este é um assunto polémico, importante, que diz respeito a todo o País e gostaríamos que o Sr. Ministro estivesse presente numa das próximas reuniões da Comissão Permanente, para debatermos a política de portagens e para podermos ter um confronto, já que é uma matéria que sido muito discutida nos últimos dias e não temos tido a possibilidade de o confrontar com essa questão.

Portanto, agradecemos que o Sr. Presidente interviesse no sentido de que numa das próximas reuniões da Comissão Permanente, mediante sugestão do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Ministro pudesse estar presente para encetarmos esse debate.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, tomo nota da sua solicitação e fá-la-ei chegar ao Governo. Estou certo de que o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação terá o maior gosto em vir à Assembleia na nossa próxima reunião, que está já agendada para o dia 4 de Setembro, se a memória não me falha, mas se não é no dia 4 é no dia 5.

Srs. Deputados, de acordo com o Regulamento a que já aludi e que, obviamente, se mantém em vigor, vamos começar por anunciar o expediente e depois passaremos às intervenções.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta do expediente.

**O Sr. Secretário (Manuel Alves de Oliveira):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: as propostas de lei n.º 21/IX — Modo de exercício do direito de voto por estudantes na eleição de titulares para os órgãos das autarquias locais (ALRM), que baixou à 1.ª Comissão, e 22/IX — Autoriza o Governo a alterar o Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, que baixou à 4.ª Comissão.

Foram também apresentados diversos requerimentos.

Na reunião plenária de 28 de Junho — aos Ministérios da Economia e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, formulado pelo Sr. Deputado Paulo Batista Santos; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulados pelos Srs. Deputados Alberto Antunes e Miguel Anacoreta Correia; ao Ministério da Defesa Nacional, formulado pelo Sr. Deputado João Rebelo; aos Ministérios da Segurança Social e do Trabalho e da Economia, formulado pelo Sr. Deputado Bernardino Soares; a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Honório Novo; ao Ministério da Educação, formulado pela Sr.ª Deputada Isabel Castro; à Câmara Municipal de Lisboa, formulado pelo Sr. Deputado António Galamba.

No dia 2 de Julho e na reunião plenária de 3 de Julho — ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Luís; ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulado pelo Sr. Deputado José Apolinário; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Marques Júnior; a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulados pelos Srs. Deputados Gonçalo Breda Marques e Ricardo Fonseca de Almeida; aos Ministérios da Educação, da Administração Interna e das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulados pelo Sr. Deputado Duarte Pacheco; ao Ministro da Presidência, formulado pela Sr.ª Deputada Maria Manuela Aguiar; ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior, formulado pelo Sr. Deputado Alberto Antunes; ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho, formulado pelo Sr. Deputado Aires de Carvalho; ao Ministério da Saúde, formulados pelo Sr. Deputado Fernando Cabral; aos Ministérios das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, formulado pela Sr.ª Deputada Rosa Maria Albernaz; ao Instituto Português da Droga e da Toxicod dependência, formulado pelo Sr. Deputado Hercu-

lano Gonçalves; ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e à REFER, formulados pelo Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia; ao Ministério da Economia, formulado pelo Sr. Deputado Honório Novo; aos Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Habitação, da Economia e da Segurança Social e do Trabalho, formulados pelo Sr. Deputado Jerónimo de Sousa; a diversos Ministérios, formulados pela Sr.ª Deputada Isabel Castro.

Nas reuniões plenárias de 4 e 5 de Julho — ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, à Ministra de Estado e das Finanças e aos Ministérios da Economia e das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulados pelo Sr. Deputado António Galamba; ao Ministério da Cultura, formulado pelo Sr. Deputado Augusto Santos Silva; a diversos Ministérios e à Câmara Municipal de Faro, formulados pelo Sr. Deputado José Apolinário; ao Ministério da Saúde, formulado pelo Sr. Deputado Miranda Calha; ao Ministro da Presidência, formulado pelo Sr. Deputado Laurentino Dias; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Luiz Fagundes Duarte; ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, formulados pelos Srs. Deputados Paula Duarte e Narana Coissoró; aos Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Habitação e da Saúde, formulados pelo Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulados pelos Srs. Deputados Diogo Feio, Antero Gaspar e Lino de Carvalho; ao Ministério da Educação, formulados pelos Srs. Deputados Luísa Mesquita e Pedro Roque; ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e à Câmara Municipal de Coimbra, formulado pela Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia; a diversos Ministérios e à Câmara Municipal de Lisboa, formulados pela Sr.ª Deputada Isabel Castro; ao Governo, aos Ministérios da Administração Interna, da Educação e das Finanças e à Secretaria de Estado da Administração Pública, formulados pelo Sr. Deputado João Teixeira Lopes; aos Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Habitação e da Defesa Nacional, formulados pelo Sr. Deputado Luís Fazenda; aos Ministérios da Cultura, da Defesa Nacional e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, formulados pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pela Sr.ª Deputada Maria Manuela Aguiar; ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior, formulado pelo Sr. Deputado António Braga.

Na reunião plenária de 9 de Julho — ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior, formulados pelos Srs. Deputados Ana Manso e Fernando Cabral; ao Ministério das Cidades e Ordenamento do Território, formulados pelos Srs. Deputados Duarte Pacheco e Antero Gaspar; ao Ministério da Economia, formulado pelo Sr. Deputado Pedro Roque; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulados pelos Srs. Deputados Ascenso Simões, Nelson Correia e Isabel Gonçalves; à Direcção do Parque Natural da Arrábida, formulado pelo Sr. Deputado José Magalhães; aos Ministérios da Educação e da Saúde e à Ministra de Estado e das Finanças, formulados pela Sr.ª Deputada Maria do Carmo Romão; aos Ministérios da Saúde e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, formulados pelo Sr. Deputado Manuel Cambra; aos Ministérios das Cida-

des, Ordenamento do Território e Ambiente e das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulados pelo Sr. Deputado Honório Novo; a diversos Ministérios, formulados pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos; ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulado pelo Sr. Deputado Rodeia Machado; ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e à Câmara Municipal de Barcelos, formulados pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

Nas reuniões plenárias de 10 e 11 de Julho — a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho; ao Ministério da Economia, formulados pelos Srs. Deputados Rui Miguel Ribeiro e Sónia Fertuzinhos; ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Ministérios das Finanças e da Economia, formulados pelo Sr. Deputado José Apolinário; ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados Paula Duarte e Bernardino Soares; ao Ministro de Estado e da Defesa Nacional, aos Ministérios da Saúde e das Obras Públicas, Transportes e Habitação, ao IPPAR e às Câmaras Municipais da Batalha e Porto de Mós, formulados pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Gonçalves; a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Honório Novo; à Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus, formulado pelo Sr. Deputado António José Seguro; ao Ministro dos Assuntos Parlamentares e ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulado pelo Sr. Deputado João Cravinho; aos Ministérios da Defesa Nacional e das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulados pelo Sr. Deputado Miranda Calha; ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado Paulo Pedroso; ao Ministro de Estado e da Defesa Nacional, formulado pelo Sr. Deputado Pedro Silva Pereira; ao Ministério da Defesa Nacional, formulado pelo Sr. Deputado João Rebelo; à Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, formulado pelo Sr. Deputado Manuel Cambra.

Por sua vez, foi recebida resposta do Governo a requerimentos apresentados por vários Srs. Deputados.

Nos dias 12 e 15 de Julho — Luísa Mesquita, Maria Manuela Aguiar, Fernando Pedro Moutinho, Honório Novo e Jerónimo de Sousa, José Saraiva e Paula Duarte, Vitalino Canas, Arménio Santos, Carlos Alberto Gonçalves, António Galamba e Heloísa Apolónia, Francisco Louçã, Carlos Luís, Renato Sampaio e Bruno Dias.

No dia 17 de Julho — Vitalino Canas e António Galamba.

No dia 22 de Julho — António Galamba, Lino de Carvalho, Bernardino Soares, Ascenso Simões, Vasco Cunha e Alberto Antunes, Heloísa Apolónia, Bruno Dias, Maria Santos, Ana Manso, Fernando Pedro Moutinho, Álvaro Castello-Branco, Isabel Castro, Miguel Anacoreta Correia, João Rui de Almeida e Aires de Carvalho.

No dia 23 de Julho — Luís Fazenda, Isabel Castro, Honório Novo, Fernando Pedro Moutinho, António Galamba e Carlos Luís, Pedro do Ó e Laurentino Dias.

No dia 24 de Julho — Honório Novo, Lino de Carvalho, Francisco Louçã, Heloísa Apolónia, Álvaro Castello-Branco e João Pinho de Almeida, António Galamba e Basílio Horta.

Foram ainda recebidas respostas a requerimentos apresentados por vários Srs. Deputados.

Nos dias 12 e 23 de Julho — Álvaro Castello-Branco, Miguel Anacoreta Correia e António Galamba.

Em termos de expediente, é tudo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos iniciar as intervenções solicitadas para tratamento de assuntos de interesse político relevante.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Maximiano Martins.

O Sr. Maximiano Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> e Srs. Deputados: Em intervenções anteriores alertámos para a necessidade de conjugar as políticas visando a correcção do desequilíbrio das contas públicas com a afirmação da competitividade da economia.

A conjugação das duas preocupações é crítica e necessária para uma política económica favorável ao crescimento e ao bem-estar económico e social.

Certamente que reconhecerão todos a relevância deste problema de conciliação de objectivos. A continuada degradação do clima económico, acentuada pela política deste Governo, leva-nos a insistir sobre este ponto.

Mantemos o que então dissemos: «este Governo esquece a economia real» e agora, de resto, na questão das SCUT, volta a esquecê-la.

Sei que alguns analistas da área da maioria que suporta este Governo tendem a desvalorizar este ponto de vista.

Quero, contudo, sublinhar aqui uma afirmação que vou citar: «O Governo actual optou por uma via de 'restritivismo' puro e duro que precipitou a crise. Ao preferir as virtudes do aprofundamento e da intimidação à elaboração de um programa de reformas dificultou o seu próprio caminho exacerbando conflitos e perdas de confiança.». A autora desta afirmação é consultora do BPI, é economista, é a Dr.<sup>a</sup> Teodora Cardoso, por todos considerada, ou seja, este é um ponto de vista que não tem uma afirmação estritamente partidária. Insistimos, pois, na necessidade de políticas microeconómicas e estruturais.

Aparentemente com a consciência deste problema, o Ministro da Economia anunciou um Programa para a Produtividade e o Crescimento da Economia. Saudei publicamente este anúncio na convicção de assim servir Portugal.

A realização do Governo, porém, tem ficado aquém da expectativa criada e vem sucessivamente dilatando os prazos que fixou, e importa referir que o Governo não informou ainda a Assembleia da República do conteúdo concreto das medidas deste Programa.

Um mês depois do dia 30 Junho, data em que o Ministro da Economia se comprometeu publicamente a proceder a um conjunto de medidas, vale a pena fazer várias perguntas.

Onde está a decisão sobre o Mercado Ibérico da Electricidade, de primeiríssima importância para a eficiência e a estabilidade dos mercados?

Onde está o arranque do Programa QUADROS visando o financiamento de postos de trabalho para técnicos licenciados em áreas técnicas?

Onde está o início do Programa IDEIA — Investigação e Desenvolvimento Empresarial Aplicado?

Onde está o lançamento do Programa NEST — Ninhos de Empresas de Suporte Tecnológico?

Tudo isto são medidas que o Ministro da Economia se comprometeu a adoptar publicamente, repito, sem informar esta Casa, mas a seu tempo, certamente, isso será corrigido, conforme, de resto, o Sr. Ministro da Economia reconheceu esta manhã em reunião da Comissão de Economia e Finanças.

Ou seja, o que foi apresentado como decisivo para o relançamento da economia está a falhar nos seus objectivos mais elementares, sendo o mais elementar deles a credibilidade da própria política. Mas, além disso, é elementar arrancar, ser eficiente e eficaz e gerar confiança nos meios económicos.

E onde estão as reestruturações prometidas e consagradas no orçamento rectificativo, propostas, nos termos da lei, para 45 dias após a sua aprovação?

Onde está a reestruturação da Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência (DGCC)?

Onde está a criação de um conselho da concorrência de natureza transversal?

Onde está a reestruturação do ICEP Portugal — Investimento, Comércio e Turismo, do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), do IFT — Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo e do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI)?

Para além dos aspectos aqui referidos, importa sublinhar que uma boa execução do quadro comunitário de apoio exige uma Administração eficiente e mobilizada, além de um ritmo de investimento empresarial firme. Temo pelo meu País que uma e outra destas condições estejam comprometidas com o anúncio e o deslizamento das reestruturações e com o clima instalado no tecido económico.

De resto, o Governo parece ainda não ter percebido que 2003 obrigará à mobilização de meios orçamentais nacionais adicionais, nomeadamente para não parar com o financiamento do investimento empresarial em Lisboa e Vale do Tejo em regime de *phasing-out*. É matéria que teremos de acompanhar face ao facto de o Governo se manter omissos e calado nesta matéria.

De resto, o Governo parece ter uma posição definitiva de sacrificar meios do quadro comunitário de apoio em nome da gestão orçamental, mas isso, a ser verdadeiro, deveria ser claramente assumido aqui, perante os portugueses.

Em suma, o *show-off* mediático não tem passado do papel, os prazos anunciados, credibilizadores das políticas, não têm sido respeitados e faltam concretizações de políticas públicas que invertam o clima económico e as expectativas dos agentes económicos e sociais.

Nós temos a obrigação de, em face da situação económica e social, alertar o Governo para as falhas que vêm ocorrendo, repito, um mês depois dos prazos que ele próprio fixou.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Um mês comparado com seis anos é nada!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Neste período de antes da ordem do dia da Comissão Permanente, queremos abordar dois problemas que muito nos preocupam.

O primeiro diz respeito à situação por que o País está a passar em matéria de fogos florestais, nesta época estival, particularmente neste mês de Julho. Foram revelados da-

dos relativos ao mês de Julho deste ano, segundo os quais, até ao passado dia 21, arderam 27 279 ha de floresta, o que corresponde a um aumento de 33,5% de área ardida em relação a igual período do ano passado. Particularmente em relação a fogos de grande dimensão, isto é, a incêndios com mais de 100 ha de extensão, verificaram-se já, nesta época, 24 fogos, os quais foram responsáveis pela destruição de 15 241 ha de floresta.

Todos os dias somos confrontados com notícias de novos grandes incêndios que vão eclodindo de norte a sul do País e que devoram grande parte da floresta portuguesa, causam impactes e prejuízos muito avultados, alguns deles verdadeiramente irrecuperáveis.

Basta que a temperatura suba para que as chamas voltem, do Minho ao Algarve, do interior ao litoral, consumindo pinheiros e eucaliptos e muitas outras espécies de fauna e flora, levando a desolação a serras e aldeias.

Esta vaga de incêndios que se desencadeou, a qual é particularmente grave — e o Verão ainda está longe de terminar! —, é uma condenação de políticas florestais e de combate aos fogos que têm sido seguidas no nosso País e que se revelam com grandes atrasos, grandes insuficiências e mesmo incongruências graves na concretização de medidas adequadas e atempadas para a prevenção dos fogos florestais. Continua a confundir-se, nas políticas governamentais, prevenção com detecção e combate aos incêndios. E se há insuficiências manifestas relativamente aos meios de detecção e de combate aos incêndios, não existe, manifestamente, uma política séria de prevenção dos fogos florestais, isto é, uma política que seja feita ao longo do ano, que se inicie quando o Verão acaba e que seja desenvolvida durante o Outono, o Inverno e a Primavera, de modo a que se acabe com esta situação em que, de facto, os governantes, os responsáveis governamentais, como diz o nosso povo, «só se lembram de Santa Bárbara quando troveja».

Os acessos e caminhos que permitem a chegada célere dos meios de combate aos locais dos incêndios, os aceiros e pontos de água, a limpeza das matas e das infra-estruturas já existentes continuam longe das necessidades que uma real acção de prevenção exige. E, como foi recentemente tornado público, existe uma manifesta falta de efectivos no corpo nacional da Guarda Florestal, sendo que cada elemento da Guarda Florestal é responsável por áreas imensas. E, de facto, Portugal, nos meses de Verão, continua a ser confrontado com uma situação gravíssima, mesmo em áreas de particular sensibilidade ambiental e paisagística e onde o Governo tem particular responsabilidade e forte intervenção administrativa, como é o caso dos parques naturais. Nem mesmo aí se desenvolve uma acção florestal exemplar, de prevenção, que acautele riscos e impeça a destruição, que vai continuando todos os anos, do importante património natural das áreas protegidas.

Uma segunda questão que muito nos preocupa tem a ver com o anúncio feito, em recente entrevista, pelo Sr. Ministro Valente de Oliveira, de que iriam ser criadas portagens em várias vias rápidas, designadamente em algumas que existem há vários anos e nas quais nunca foram exigidas portagens aos respectivos utentes. Trata-se de uma matéria relativamente à qual o Governo, o actual Primeiro-Ministro, assumiu compromissos eleitorais muito claros. Ainda hoje, o jornal *Correio da Manhã* publica um extracto de uma entrevista dada a este mesmo jornal pelo Dr. Durão Barroso, actual Primeiro-Ministro, a três dias

das eleições de Março passado, onde, em resposta à pergunta no sentido de saber se admitia a possibilidade de serem introduzidas portagens nessas auto-estradas, dizia ser uma questão que só em 2017 seria colocada. Na sua edição de hoje, o *Correio da Manhã* faz até um «cupão» para que as pessoas recordem a promessa feita pelo Primeiro-Ministro de que as auto-estradas sem portagens iriam continuar como estavam naquele momento.

Ora bem, aquilo que é dito agora pelo Ministro Valente de Oliveira contraria frontalmente aquela promessa e o que vem anunciar é que, mesmo em vias como a Via do Infante, que existe há vários anos e em que os cidadãos podem circular livremente sem imposição de portagens, até mesmo nessa via, o Governo tenciona introduzir portagens. Na CREL, em vias como o IC 24, vias importantíssimas para o descongestionamento de tráfego rodoviário nas áreas metropolitanas, relativamente às quais não existem outras alternativas para os utentes, o Governo anuncia que vai, de facto, impor portagens, como, aliás, pretende fazer em outras vias, como o IP 6 e o IP 3.

Portanto, trata-se de medidas manifestamente injustas, que contrariam compromissos eleitorais assumidos e, já agora, nesta matéria, importará saber qual é a posição de membros do Governo, como, por exemplo, o Secretário de Estado Feliciano Barreiras Duarte, que encabeçou uma luta contra a imposição de portagens na auto-estrada do Oeste, e muito justamente, precisamente porque não havia alternativas para os utentes dessas vias, quando o Governo anuncia uma medida injusta e absolutamente absurda como esta até para a Via do Infante e para a CREL, quando ainda nem sequer concluiu a CRIL e o Eixo Norte-Sul.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Bem lembrado!

O Orador: — Trata-se de uma medida lesiva do interesse dos cidadãos em geral e particularmente dos cidadãos das áreas metropolitanas e de outras áreas...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, faça o favor de terminar, porque o tempo de que dispunha está a esgotar-se.

O Orador: — Vou terminar de imediato, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, é uma medida que prejudica a generalidade dos utentes e prejudica muito gravemente as actividades económicas de todas estas regiões, pelo que terá, da nossa parte, naturalmente, uma firme oposição.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Narana Coissoró inscreveu-se para pedir esclarecimentos, mas saliento que o Sr. Deputado António Filipe não tem tempo para responder.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Sr. Presidente, o Deputado António Filipe ainda tem meio minuto e posso dar-lhe mais qualquer coisa.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra, Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, quero simplesmente dizer que acompanho as suas preocupações sobre os incêndios mas

esqueceu-se de uma coisa que entendo que devo fazer para completar a sua intervenção, que é prestar homenagem àqueles que, efectivamente, estão a lutar contra os incêndios, os chamados soldados da paz, os bombeiros,...

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... todos aqueles que, de facto, não mereceram, da sua parte, uma única palavra.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E, para nós, é muito grato dizer que, apesar deste flagelo que todos os anos ataca o nosso País, o serviço que eles prestam e até as mortes que sofrem por causa disso merece uma palavra de reconhecimento.

Em segundo lugar, quero dizer o seguinte: não é a este Governo, que iniciou funções depois do Inverno, que se devem assacar as culpas por aquilo que deveria ter sido feito logo depois de acabar o Verão, como o Sr. Deputado disse, porque logo depois de acabar o Verão o governo que estava em funções era outro. Portanto, naturalmente, haverá este outro que dizer por que é que não tomou as medidas que deviam ser tomadas logo depois de acabar o Verão.

Quanto às portagens, Sr. Deputado, parece-me que está a «chover no molhado», porque, efectivamente, as críticas que está a fazer nada de novo trazem a não ser a voz tribúncia parlamentar para ficar registada no *Diário*. É que, de facto, há mais de cinco dias que aquilo que o Sr. Deputado disse está a ser dito pelo País, está a ser dito pelos autarcas...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Diga lá o Sr. Deputado também!

O Orador: — Eu também o estou a dizer aqui, neste momento, e o Sr. Ministro já respondeu 10 vezes, em todos os telejornais, em todos os jornais. Neste momento, dadas as nossas circunstâncias, é preciso substituir o critério do pagador/contribuinte pelo critério do pagador/utilizador e há uma discriminação positiva a favor daqueles que, realmente, merecem o favor de não pagar portagens. É isso que se esconde!

*Protestos do Deputado do PCP Bernardino Soares.*

De modo que o que devia ser feito, Sr. Deputado Bernardino Soares, era criticar o que diz o Ministro e não fazer aqui o eco daquilo que dizem os jornalistas.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Filipe, a Mesa dá-lhe 1 minuto para responder.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, agradeço o minuto que me é concedido e as perguntas que foram feitas.

Relativamente aos bombeiros, quero concordar inteiramente com a preocupação que o Sr. Deputado aqui trouxe e com a homenagem que presta aos soldados da paz. Nós compartilhamos inteiramente da sua opinião e, nesse sentido, aliás, até apresentámos, ainda recentemente, um pro-



jecto de lei de reforço dos direitos da Liga dos Bombeiros Portugueses.

Relativamente aos fogos, não critiquei directamente a acção deste Governo quanto à prevenção dos fogos florestais, porque é evidente que a prevenção, como eu próprio disse, tem de ser feita logo que termina o Verão e, nessa altura, este Governo ainda não estava em funções. Agora, aquilo que tem acontecido é que os vários Governos que têm existido neste País não têm tido, de facto, uma política adequada de prevenção dos fogos florestais.

Para concluir no minuto que me foi concedido, gostaria de dizer, Sr. Presidente e Sr. Deputado Narana Coissoró, que o que é novo, de facto, não é a crítica que aqui trago, em nome do PCP, à imposição de portagens em determinadas vias, designadamente nas que se situam nas áreas metropolitanas; o que é novo é o Governo, depois do que o PSD prometeu na campanha eleitoral, vir agora anunciar que vai haver portagens na CREL, na Via do Infante, no IC 24, no IP 6, enfim, num conjunto significativo de vias rápidas. Isso, de facto, é que é novo, merece a nossa inteira reprovação e contará, evidentemente, com a nossa oposição.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Retomo a questão dos incêndios porque é uma questão suficientemente abrangente e alguns aspectos que envolve não foram até agora tocados.

Em relação aos incêndios, penso que é importante chamar a atenção para o facto de estarmos, em 30% dos casos, perante situações de origem criminosa e, em 56% dos casos, em resultado de negligência. E particularmente os 30% que têm origem criminosa são, para Os Verdes, motivo de reflexão.

Todos sabemos — e a experiência nesta matéria é suficientemente clara, aliás, tem-no sido de forma lamentável — que todas as pretensões imobiliárias no nosso País têm tido incêndios por trás. Todos nós sabemos que muitas das urbanizações, designadamente em áreas protegidas e parques naturais, começaram precisamente com incêndios. E porque assim é, não sendo hoje, porventura, o momento de estar a «chover sobre o molhado» — utilizando a expressão do Sr. Deputado Narana Coissoró —, é tempo de ser claro sobre o que se está a passar.

Refiro-me, concretamente, ao Pontal, o coração do Parque Natural da ria Formosa, que está a arder pelo quinto dia, com brutais pressões imobiliárias. São pressões imobiliárias que significam mais de 7500 fogos, são pretensões que significam campos de golfe, são pretensões que significam *apart-hotéis* e hotéis.

Portanto, aquilo que se exige do Governo, e do actual Governo, é que quebre o seu silêncio e que diga, preto no branco, com enorme clareza, que as pretensões imobiliárias não irão por diante, independentemente dos actos criminosos que estão a tentar justificar a destruição da maior e única mancha verde de todo o Algarve. E penso que isto é particularmente pertinente quando, no mesmo Algarve, em S. Brás de Alportel, também, como no Pontal, numa área integrada na Rede Natura 2000, uma área em relação à qual têm sido chumbados projectos imobiliários, preci-

samente pela riqueza de azinheiros que contém, assistimos à destruição total dos azinheiros.

Aquilo que se espera é que, cometido o crime, esse crime não venha a compensar, ou seja, que os projectos imobiliários para aquela zona, que têm estado travados porque há um património ambiental importante, não sejam aprovados agora, que o fogo consumiu esta mancha florestal de grande importância.

Estes são, seguramente, dois aspectos, duas outras vertentes, dois outros olhares que faltam sobre os incêndios florestais, os quais não são propriamente do passado, são do presente e é em tomadas de decisão presentes que podem ou não ter significado no futuro.

Por último, há um outro aspecto em relação ao qual queria chamar a atenção.

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada, esgotou-se o tempo de que dispunha, pelo que lhe peço para ser breve.

A Oradora: — Nos últimos dias, os limites de ozono têm sido sistematicamente ultrapassados, ou seja, tem estado em perigo a saúde pública, e o sistema de alerta não tem funcionado.

Não é aceitável que o Governo, em relação a esta matéria, mantenha um sistema que funciona em part-time, que está encerrado ao fim-de-semana. É a saúde pública que está em risco, e sobre isso exigem-se medidas!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Isabel Castro, tomara eu que «chovesse sobre o molhado» nas áreas que estão efectivamente a arder, pois nesse caso não arderiam!... V. Ex.ª sabe perfeitamente que há uma lei que estipula que nas áreas ardidas não poderá haver qualquer projecto imobiliário durante um largo período de tempo, superior a 10 anos.

Por que não disse a Sr.ª Deputada que existe esta lei, fazendo referência aos interesses imobiliários, com os quais nada tenho que ver, tal como a Sr.ª Deputada? Ninguém tem nada que ver com isso, só os criminosos, e para isso existem o Ministério Público e os tribunais.

A única coisa que estamos a dizer é que este fenómeno acontece todos os anos. Os governos socialistas e os anteriores governos não conseguiram ainda debelar o problema; vamos ver se encontramos a poção milagreira para não haver incêndios no Verão.

**Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!**

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro, concedendo-lhe a Mesa 1 minuto.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Narana Coissoró, eu não o acusei...!

O Sr. Deputado decidiu falar em defesa dos empreiteiros ou como se eu estivesse a acusá-lo de defender interesses imobiliários, mas não foi isso que fiz. Porém, o Sr. Deputado sabe tão bem como eu — provavelmente melhor, sendo jurista — que a lei que impõe um período

de interdição de 10 anos tem múltiplos alcapões. E é porque a lei tem alcapões que temos construções na zona do Abano, que temos tido construções em tudo quanto é sítio, em áreas ardidas.

O Sr. Narana Colssoró (CDS-PP): — Como na Serra da Arrábida!

A Oradora: — Muito antes de a justiça ter averiguado fosse o que fosse e muito antes de esse período de interdição ter sido cumprido houve construções. Por isso, o nosso repto para o actual Governo continua a ter toda a pertinência e é sobre isso que estamos à espera de resposta.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Nazaré Pereira.

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O tema que tem dominado esta sessão da Comissão Permanente preocupa os portugueses todos os anos. Infelizmente, o estado da floresta portuguesa ao longo de várias épocas, de várias dezenas de anos, tem permitido que se atinjam os números que o Sr. Deputado António Filipe há pouco referia e que são, de facto, alarmantes.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, creio que será altura de cada um assumir, na Câmara, as suas responsabilidades: a condenação de políticas florestais e de combate aos fogos, que não têm tido o êxito que seria desejável, e, simultaneamente, a penalização de quem, nos momentos certos, não tem sido capaz de tomar as iniciativas que deve.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostava de lembrar a esta Câmara que o combate aos fogos florestais foi, desde a tomada de posse, uma preocupação do Governo, que se deparou, neste caso, com situações claramente anacrónicas.

Gostaria de levar ao conhecimento do Sr. Presidente e dos Srs. Deputados que uma informação dos serviços da Direcção-Geral das Florestas, de 14 de Fevereiro, para preparação daquilo que seria todo o sistema de vigília e prevenção de fogos florestais para o actual ano, mereceu, em 21 de Março, do então secretário de Estado do desenvolvimento rural, o seguinte despacho: «Visto que se trata de uma questão com reflexo apenas no segundo semestre de 2002, e em virtude do período de transição que se atravessa, o assunto deverá ser recolocado oportunamente à tutela».

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Veja lá bem a irresponsabilidade!

O Orador: — Era neste estado que se encontrava, em Maio — quando o Governo começou a tomar conhecimento da situação de prevenção do combate aos fogos florestais —, o funcionamento do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas quanto à prevenção de fogos florestais e instalação dos postos de vigilância.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: De facto, uma das únicas medidas de que nos recordamos, nos últimos anos, para o combate aos fogos florestais será, provavelmente, a distribuição de telemóveis aos pastores.

Gostaria de saber, Sr. Presidente e Srs. Deputados, onde se encontram tais telemóveis!...

Porque o assunto é demasiado sério, Sr. Presidente, gostava de aproveitar o pouco tempo de funcionamento desta sessão e da minha intervenção para lembrar a necessidade de uma colaboração efectiva de todos os cidadãos na vigilância dos fogos florestais, nomeadamente do uso abusivo da floresta, os quais, através de acções que — estou certo — de todo em todo merecem aprovação dos membros da Câmara, têm dado azo a que, várias vezes, se encontrem situações de suspeita de fogo posto. São situações inadmissíveis numa sociedade democrática, que põem em causa o património de todos os portugueses e para as quais, quer o Governo, quer todos nós, nas funções de Deputado, quer todos os cidadãos no uso da sua cidadania, darão um contributo efectivo.

Sr. Presidente, também não posso, nesta ocasião, e como, aliás, aqui já foi feito pelo Sr. Deputado Narana Coissoró, deixar de ter uma palavra de reconhecimento pelo trabalho efectivo dos bombeiros, soldados da paz, que têm dado, e infelizmente vão continuar a dar, toda a sua luta e todo o seu esforço para no dia-a-dia combaterem aquilo que não foi em devido tempo prevenido, pois não foram criadas condições para prevenir.

Já agora que um outro tema decorrente neste período de antes da ordem do dia tem sido a situação das SCUT, permita-me, Sr. Presidente, lembrar que o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação já esteve na 9.<sup>a</sup> Comissão pelo menos por duas vezes, e em todas essas idas respondeu a tudo o que lhe foi perguntado, nomeadamente sobre as várias políticas que têm sido, primeiro, estudadas e, depois, apresentadas para o sistema de portagens virtuais. Aliás, quero lembrar que o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas já esteve no Plenário da Assembleia da República a responder a questões sobre este mesmo tema colocadas por Srs. Deputados.

Sr. Presidente, se me permite, quero perguntar quem nesta Câmara, quem neste país, assume a responsabilidade por, em 2006, o pagamento das SCUT por parte do Estado — em vez de serem os utilizadores a pagarem — atingir um valor da ordem de grandeza do actual PIDDAC para as estradas?

Quem é que nessa altura estará, então, em condições de defender a penalização de todos os habitantes do interior do País, onde continua a ser importante efectuar obras públicas que permitam as acessibilidades, porque as verbas necessárias para que se realize aí obra pública, nomeadamente estradas e acessos, estarão a ser gastas no pagamento das SCUT aos utilizadores que façam uso daquelas que se encontrem nessa altura construídas, ou seja, particularmente nas zonas do litoral?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro.

O Sr. Fernando Serrasqueiro (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Nazaré Pereira, V. Ex.<sup>a</sup> vem aqui dizer-nos que a matéria das SCUT está vastamente discutida, mas, para ser sincero, participei na discussão que tivemos aqui com o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas e, a uma minha pergunta, ele respondeu que se



tratava de matéria em discussão, de matéria que está a ser analisada no interior do Governo.

Relativamente às posições do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, elas são conhecidas agora — aliás, ele próprio diz que só agora está em condições de poder dar uma lista das estradas em que considera deverem ser introduzidas portagens.

Sr. Deputado, se de facto está totalmente esclarecido, pergunto-lhe o seguinte: qual a razão para a inversão da política, quando, três dias antes, o Sr. Primeiro-Ministro dizia que não haveria portagens até 2017 mas, agora, o Sr. Ministro vem dizer que, afinal, há portagens? Por que há portagens na CREL sem estar construída a CRIL? Por que há portagens no interior, quando foi dito claramente que a não existência de portagens era uma medida de discriminação positiva?

Sr. Deputado, se de facto está convencido da razoabilidade do seu argumento, por que todos os autarcas do PSD das zonas envolvidas estão contra esta política?

O Sr. **Narana Coissoró (CDS-PP)**: — Por causa dos votos!

O **Orador**: — Por que é que as populações que mais se sentem estão hoje profundamente insatisfeitas, aliás, basta ler a comunicação social? Por que é que Secretários de Estado do actual Governo estiveram contra as portagens quando estavam na oposição e agora aparecem, de uma forma muito pouco transparente, a arranjar uma solução, que até hoje ainda não conseguiram explicar?

Relativamente ao interior, foi dito que os residentes e aqueles que têm contactos comerciais e industriais com o interior não pagam portagens. Como é que isso se faz? Explique isso em pormenor! São as pessoas que lá vão uma vez? Os viajantes? Os vendedores ocasionais? Quem é que efectivamente não paga, para além dos residentes? O que o Sr. Primeiro-Ministro disse é que através da Via Verde (ainda não percebi como é que a Via Verde resolve este problema) exclui do pagamento aqueles que têm relações de investimento com o interior.

Tudo isto merece ser discutido, por isso avançamos aqui, logo no início desta reunião, um pedido para que o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação venha à Assembleia da República. Não é dar entrevistas! O Sr. Ministro deve vir à Assembleia explicar a sua política, as suas contradições, e o Sr. Primeiro-Ministro vai ter também de esclarecer por que três dias antes faz a declaração que faz e agora mente. É já a terceira mentira deste Governo: a primeira, como sabe, é a do IVA; a segunda é a da reunião do Conselho de Ministros sobre a televisão; e a terceira é sobre as portagens. Tanta mentira junta precisa de esclarecimentos, Sr. Deputado!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Nazaré Pereira.

O Sr. **António Nazaré Pereira (PSD)**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro, compreendo o seu nervosismo e a situação incómoda em que se encontra tentando colocar-me questões, pois, eventualmente, esqueceu-se das reuniões realizadas na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que demoraram mais de sete horas e em que estiveram presentes mais de

12 Deputados do PS, os quais pediram informações ao Sr. Ministro e as receberam.

O Sr. Deputado, com certeza, esteve distraído, ocupado ou, eventualmente, tinha muito que fazer, o que compreendo — infelizmente, é uma das coisas que nem sempre é visível mas que corresponde à actividade dos Deputados —, e, portanto, não pôde participar nessa reunião e ouvir as explicações que então foram dadas.

Reafirmo, Sr. Deputado, aquilo que já houve oportunidade de várias vezes afirmar, ou seja, a disposição dos Srs. Membros do Governo para, nesta Assembleia e aos portugueses, darem as informações que for adequado dar, no momento adequado.

Quero lembrar-lhe, Sr. Deputado, que compreendo, com muita preocupação, as perguntas que me colocou e o seu incómodo ao colocá-las, nomeadamente porque o Sr. Deputado se esquece agora daquilo que fez na Assembleia há cerca de um ano, quando confirmava que o défice das contas públicas, nomeadamente em relação ao Produto Interno Bruto, rondava 1,8%. Sr. Deputado, é exactamente essa a razão por que nos encontramos reunidos nesta Comissão Permanente da Assembleia: o Sr. Deputado estava profundamente enganado! Sabe qual é a consequência desse seu erro de vários anos, Sr. Deputado? É o agravamento das contas públicas!

O Sr. Deputado está convencido de que é agradável para qualquer Governo aumentar os impostos? O Sr. Deputado está convencido de que é agradável para qualquer Governo fazer com que os cidadãos, para circularem em estradas, tenham de pagar portagem? Sr. Deputado, a questão é de responsabilidade ou de não responsabilidade! Ter responsabilidade neste momento, estar preocupado com o futuro do País, em particular ter responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações externas livremente assumidas pelo Governo português, democraticamente eleito e em efectividade de funções, é aquilo que nos leva a tomar medidas que, sendo desagradáveis, são essenciais para que este país mantenha a credibilidade e a dignidade internacional que merece.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares (PCP)**: — Sr. Presidente, não é muito usual, aquando da entrega de um requerimento, fazer o seu anúncio público, mas, até aproveitando a presença do Governo, inclusive do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, quero informar a Mesa de que entregarei de imediato um requerimento resultante de uma visita que efectuei na sexta-feira passada às imediações do aterro sanitário do Oeste e de um encontro com a população da freguesia de Vilar.

Para além de diversas outras questões, com este requerimento solicito que o Governo analise a recolha que vou entregar e que foi feita pela população no dia 18 do corrente mês, sendo o resultado de uma descarga do aterro sanitário do Oeste, curiosamente no dia a seguir ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente lá ter estado a visitar o aterro e ter garantido que tudo funcionava na perfeição em termos de segurança e da gestão do próprio aterro.

Portanto, de seguida, entregarei o referido requerimento.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, já agora, não se esqueça de trazer a garrafa também. Com certeza, há garantias de que essa recolha foi feita no dia que nela está indicado!

Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

*Eram 16 horas e 5 minutos.*

### ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de mais, cabe-nos apreciar uma proposta de regulamento da Comissão Permanente, que eu próprio formalizei e que se limita, pura e simplesmente, à reprodução do Regulamento da Comissão Permanente que está em vigor.

Se, porventura, algum dos Srs. Deputados quiser usar da palavra sobre esta proposta, nomeadamente tecer algum comentário, objecção ou diferir a discussão deste assunto para a próxima reunião, aceitarei todas as hipóteses, bem como a de o considerarmos aprovado, já que vigorou na anterior legislatura e, suponho — não pude verificar, mas estou convencido disso —, será a cópia do anterior Regulamento.

Neste momento, sou informado de que há consenso no sentido de se proceder, desde já, à votação da proposta de regulamento da Comissão Permanente.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Aprovado o Regulamento — que, insisto, já vigorava —, trabalharemos com base nele, como, aliás, já vínhamos fazendo.

Como segundo ponto da ordem de trabalhos de hoje temos um debate, por iniciativa do Governo, sobre o défice orçamental de 2001. Os tempos de intervenção atribuídos ao Governo e aos grupos parlamentares são os seguintes: o Governo e o PSD dispõem de 20 minutos cada, o PS dispõe de 18 minutos, o CDS-PP de 11 minutos, o PCP de 9 minutos, o Bloco de Esquerda de 7 minutos e o Partido Ecologista Os Verdes de 6 minutos (Grelha G).

Para introduzir o debate, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças (Manuela Ferreira Leite): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Este Governo tinha anunciado no seu Programa e assumiu o compromisso de efectuar um exame às contas públicas para, de forma imparcial, avaliar a verdadeira situação.

Também o Sr. Presidente da República, na tomada de posse do Governo, solicitou que essa análise fosse efectuada e divulgada ao País. Com esse objectivo, o Sr. Primeiro-Ministro solicitou ao Sr. Governador do Banco de Portugal que liderasse uma comissão constituída por representantes do Banco de Portugal, do Instituto Nacional de Estatística e da Direcção-Geral do Orçamento, cujo trabalho chegou ao fim com a entrega de um relatório que se dá a conhecer à Assembleia da República.

De acordo com as conclusões do referido relatório, o défice público foi, em 2001, o correspondente a 4,1% do produto interno bruto, ou seja, 5079 milhões de euros (cerca de 1020 milhões de contos), o que significa que, infelizmente, ficou muito acima do máximo permitido de 3%.

O valor apurado compara com a previsão inicial de 1,1% (cerca de 250 milhões de contos) e com o valor de 2,2% (cerca de 550 milhões de contos) reportado à Comissão Europeia, ainda em Fevereiro deste ano, pelo anterior governo, e posteriormente corrigido para 2,4%.

Relativamente a este último valor, o que o relatório apresenta é que o apuramento agora efectuado conduziu às seguintes correcções:

Do lado das receitas, há um montante de receita incobrável indevidamente contabilizada, equivalente a 0,6% do PIB, ou seja, cerca de 152 milhões de contos (756 milhões de euros); por outro lado, há uma contabilização de receita inexistente a título dos Fundos Estruturais, através de artificios contabilísticos, equivalente a 0,4% do PIB, ou seja, cerca de 88 milhões de contos.

Do lado das despesas, verificou-se um acréscimo de endividamento das autarquias locais equivalente a 0,2% do PIB (cerca de 50 milhões de contos); subsídios às empresas públicas do sector dos transportes para permitir preços sociais não contabilizados como despesa pública num montante equivalente a 0,2% do PIB, ou seja 284,9 milhões de euros (cerca de 56 milhões de contos); uma contabilização de despesa realizada em 2001 e paga em 2002 correspondente a 0,3% do PIB; e outras correcções várias num montante equivalente a 0,2% do PIB.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A situação orçamental em 2001, agora apurada de forma independente, comporta a gravidade de não respeitar o Pacto de Estabilidade e Crescimento, ao exceder o limite de 3%, facto este que torna Portugal no primeiro país da União Europeia a incorrer numa semelhante situação de infracção.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — É o descrédito!

A Oradora: — Esta situação é grave e tem consequências.

Em primeiro lugar, tem consequências no plano interno. Na verdade, são hoje exigíveis ao País alguns sacrifícios que seriam dispensáveis, mas que se tornaram inevitáveis se se pretender usufruir de vantagens e benefícios no futuro.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Por outro lado, existem consequências no plano externo. Para restaurar a credibilidade de Portugal na União Europeia temos de agir com rapidez.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Mas sendo uma situação séria, não nos assusta porque é evidente que tem solução.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — Temos mesmo a firme convicção de que vamos ultrapassar esta grave crise orçamental e financeira. As medidas já tomadas e as que vamos tomar dão-nos

a certeza de que, a curto prazo, Portugal retomará o caminho da confiança e do desenvolvimento.

Por isso, aqui reafirmo hoje, em nome do Governo, o compromisso de reduzir o défice orçamental de 4,1% em 2001 para 2,8% este ano. É uma redução profunda, mas vamos cumprir.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Para além disso, declaramos a firme determinação de que no próximo ano, em 2003, mantermos a trajectória descendente do défice. Será um novo e decisivo esforço para cumprir com os objectivos assumidos pelo País no quadro da União Europeia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há quem procure fazer crer que o apuramento do valor exacto do défice público em 2001, sendo uma questão do passado, é por conseguinte negligenciável.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Uma vergonha!

**A Oradora:** — Pelo contrário, o ponto de partida da consolidação orçamental em que estamos empenhados é determinante do grau de esforço que é necessário solicitar aos portugueses.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Com efeito, para evitar consequências mais penalizadoras para o País, decorrentes de uma eventual declaração de défice excessivo por parte do Conselho da União Europeia, é essencial corrigir a situação já este ano, sob pena de Portugal poder vir a ser alvo da aplicação de pesadas sanções financeiras e de limitações no acesso a fundos comunitários.

O Governo assumiu o compromisso público de tudo fazer para evitar que situações como as verificadas no ano passado possam voltar a ocorrer. Mas face à inevitabilidade, decorrente do Tratado da União Europeia, de a Comissão Europeia, perante os valores agora apurados para o défice público em 2001, superior a 3%, iniciar um processo por infracção ao procedimento dos défices excessivos, está o Governo seguro de que o seu programa de consolidação orçamental não deixará de ser devidamente tomado em consideração.

O Governo pretende que Portugal volte a ser olhado como um país que respeita de forma séria e transparente os seus compromissos, nomeadamente os internacionais.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Mas, independentemente disso, está o Governo absolutamente convencido de que a realidade não se oculta — pelo menos de forma duradoura — e que só assim poderão ser construídas as bases de uma política orçamental sã, que possa desempenhar correctamente o seu papel anti-cíclico, isto é, que, contrariamente ao que sucede no presente por força das vicissitudes do passado recente, possa folgar em períodos menos favoráveis do ciclo económico.

Este é um momento importante, em que todos devemos assumir as nossas responsabilidades.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — O Governo assume as suas obrigações, agindo com firmeza, rapidez e determinação para fazer Portugal sair desta situação.

Os partidos políticos — em particular o Partido Socialista — devem assumir também as suas responsabilidades, contribuindo com a sua atitude positiva para este esforço nacional que está a ser desenvolvido.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Os parceiros sociais — em particular os sindicatos e os empresários — devem também, agora mais do que nunca, fazer um esforço de compromisso e de concertação com vista a um acordo social, para ajudar o País a reencontrar rapidamente o caminho da modernidade e do progresso.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É que estamos a tratar de Portugal e a realizar um esforço que é colectivo e, por conseguinte, todos deve implicar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Lino de Carvalho e Eduardo Cabrita.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho, que dispõe de 3 minutos para o efeito.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, independentemente da necessidade de apuramento do défice real e das responsabilidades dos vários governos nesta matéria, independentemente dos comentários de fundo que tal nos vai merecer na intervenção que faremos a seguir, há uma questão que, desde logo, se coloca — e que, aliás, temos vindo a colocar — e em relação à qual a Sr.<sup>a</sup> Ministra não é, seguramente indiferente. Estamos numa fase de abrandamento da economia e precisávamos, sobretudo nesta fase, de políticas orçamentais que permitissem contrariar esta fase cíclica, o que implicaria mais investimento, mais despesa social... Contudo, estamos submetidos a um compromisso, o compromisso do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que é, obviamente, um elemento constrangedor da necessidade de políticas orçamentais que sejam alavancas do desenvolvimento da economia, do crescimento e do emprego, até para podermos, com esses instrumentos, ter melhores condições para alcançar um equilíbrio das contas públicas.

Há aqui, portanto, uma contradição que se coloca em relação aos compromissos do País e, no fundo, em relação à irracionalidade e ao absurdo dos critérios que presidem aos pactos de estabilidade, em particular ao critério do défice, que, como a Sr.<sup>a</sup> Ministra sabe, não tem qualquer sustentação técnica.

Ora, a questão que coloco é a seguinte: independentemente das medidas imediatas de resposta que tenha de dar, face aos compromissos que assumiu, está o Governo disponível para, no ECOFIN e na União Europeia em geral, levantar o debate sobre a necessidade de uma reflexão que leve à revisão da orientação monetarista que está subjacente aos critérios de convergência, para além dos próprios va-

lores em si? É este o desafio que lançamos ao Governo e, para ele, pode contar connosco, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças.

**A Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças: —** Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, esta nossa divergência de opiniões já não é de agora; em todo o caso, estou totalmente de acordo consigo — nem poderia deixar de estar — quando diz que as medidas que estão a ser tomadas são contrárias ao que, neste momento, era solicitado e, portanto, estamos quase a entrar num círculo vicioso.

Ora, é exactamente por causa disso, Sr. Deputado, que é pouco desculpável que tenhamos atingido esta situação sem que tenhamos previsto que a margem de 3% tem rigorosamente esse objectivo. A margem de 3% da possibilidade do défice é exactamente aquela que se considera necessária — e, se calhar, suficiente — para absorver choques que, noutras circunstâncias, não existem. É tão irracional aquilo que estamos a fazer neste momento quanto foi irracional termos seguido, num momento de maiores possibilidades, uma política orçamental inversa àquela que devia estar a ser feita. E, portanto, perdemos a margem no momento em que a devíamos estar a ganhar para, numa situação menos boa, a podermos utilizar.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**A Oradora: —** Portanto, a irracionalidade e o absurdo de que o senhor fala decorre, efectivamente, do facto de estarmos a fazer tudo — direi — ao contrário!

Pergunta-me, ainda, se penso levantar o problema sobre a necessidade da revisão destes critérios no ECOFIN. Ora, exactamente porque estamos na União Monetária, considero que há um conjunto de normas que têm de ser verificadas, nomeadamente as dos equilíbrios orçamentais. E os 3% de margem, volto a referir, é uma possibilidade suficiente e necessária para absorver os choques e os desequilíbrios em situações menos boas.

Direi, portanto, Sr. Deputado, que essa discussão está feita, porque, se assim não fosse, não haveria a possibilidade de se atingirem défices de 3%. É precisamente porque essa discussão já está feita que esse ponto foi levantado.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Cabrita.

**O Sr. Eduardo Cabrita (PS): —** Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, o Partido Socialista está associado àquelas que são as marcas decisivas da presença de Portugal na Europa. O Partido Socialista está associado à adesão de Portugal à União Europeia, bem como à entrada de Portugal no núcleo fundador da União Económica e Monetária. É por isso que vemos os desafios do Pacto de Estabilidade e Crescimento com um particular sentido de responsabilidade, que assumimos quer no governo quer na oposição.

*Risos do PSD.*

Assumimos a responsabilidade por um exercício orçamental num quadro internacional particularmente difícil e assumimos a necessidade de um esforço nacional para que, num desejável consenso, se encontrem mecanismos que permitam atingir objectivos macroeconómicos, garantindo a estabilidade sem pôr em causa o crescimento. Manifestámo-lo, aliás, há poucos dias atrás, pela forma como abordámos o debate sobre a lei da estabilidade orçamental, em relação ao qual temos a consciência de ter contribuído decisivamente com elementos que valorizaram e melhoraram significativamente a versão final da lei aqui aprovada, relativamente à proposta inicial.

Notámos no relatório do Banco de Portugal, quando a sua leitura nos foi possível, que o desvio relativamente às previsões inicialmente fixadas se deveu a uma redução em 2,8% do PIB das receitas previstas e a um aumento em 0,2% da despesa relativamente ao inicialmente previsto; notámos a existência de uma alteração dos critérios metodológicos de cálculo do défice; notámos que, no anexo ao relatório, se refere que, com os mesmos critérios, o défice teria sido de 3,1%.

É por isso que temos de, a partir daqui, e olhando para o futuro, estabelecer critérios consensuais que permitam acompanhar a evolução do quadro orçamental sem pôr em causa o crescimento económico e que possam contribuir para a sanidade das finanças públicas sem provocar a recessão económica. É nesse quadro que, neste momento, o essencial é a atenção relativamente àquelas que são as recomendações do próprio relatório da Comissão para a Análise das Contas Públicas.

Gostaria de perguntar à Sr.<sup>a</sup> Ministra se, a partir daqui, se assume critérios que garantam, por um lado, a estabilidade nos critérios de acompanhamento da evolução orçamental e, por outro, uma igualdade de critérios no quadro europeu (para o que, aliás, o relatório do Banco de Portugal chama a atenção) que não discrimine Portugal, designadamente, na contabilização das transferências de capital para as empresas públicas ou na utilização de interrogações a que tínhamos direito.

**O Sr. Presidente: —** Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se. Faça favor de concluir.

**O Orador: —** Isto é, temos consciência da necessidade de rigor orçamental, mas é necessário uniformidade de critérios não só entre anos em Portugal mas também, Sr.<sup>a</sup> Ministra, para garantir que Portugal não é penalizado por adopção de critérios que não sejam seguidos em todos os outros Estados da União Económica e Monetária.

Em última análise, é necessário que se lembre que o Pacto é de estabilidade mas também é de crescimento.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças.

**A Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças: —** Sr. Presidente, Sr. Deputado Eduardo Cabrita, o senhor, após uma leitura do relatório, fez duas ou três observações, o que poderia levar a, quem o ouvisse, considerar que esta alteração que houve era de somenos.

Disse o Sr. Deputado que houve um desvio nas receitas superior ao da despesa. Não sei se o Sr. Deputado reparou que o desvio na despesa em termos de saldo não é tão grande, porque houve uma enorme queda na despesa de investimento para que a despesa corrente pudesse, mais uma vez, ter crescido à vontade. Portanto, este desvio na despesa não é tão pequeno quanto aparenta porque lhe faltou fazer essa referência.

Há um ponto relativamente ao qual o Sr. Deputado não fez referência, mas talvez fosse bom que o tivesse assumido. Quando fala nas alterações de receitas e despesas e nas alterações metodológicas, está a partir de 2,4%, mas não explicou como é que chegou aos 2,4% quando estava em 1,1% e foi esse orçamento que aqui apresentou à Assembleia da República.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — É isso mesmo!

A Oradora: — Portanto, está a referir-se a alterações metodológicas e a alterações de receita e de despesa a partir de um valor que não era já o de partida, esse já era o de meio.

Depois, o Sr. Deputado pergunta-me se nós assumimos os critérios de igualdade e se pensamos defender Portugal para que não seja discriminado em relação aos outros países. Obviamente! Isso eu não vou permitir, com certeza! O Governo português não vai permitir que haja critérios utilizados para Portugal e critérios utilizados para os outros países. E é exactamente por causa disso, Sr. Deputado, que me tem espantado um pouco o tema que tem «andado na berra» sobre uma hipotética ideia de que existiam dois tipos de défice. É que os critérios que vamos utilizar neste momento, os critérios que obrigatoriamente temos de utilizar, são critérios iguais para todos.

Portanto, os 2,8% com que aqui me comprometi são os que compara com os 4,1% que aqui anunciei.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Os critérios são rigorosamente iguais, não vamos alterar critérios. Em termos comunitários — e penso que está referir-se à questão das transferências para as empresas públicas —, obviamente que o critério vai ter de ser igual para todos, nós não vamos admitir que ele seja aplicado exclusivamente para um dos países.

Srs. Deputados, creio que, sobre este ponto, estamos todos entendidos e que a questão do défice poderá ser um capítulo encerrado mas nunca esquecido e sempre lembrado para que possamos perceber qual é a dimensão do esforço de consolidação que vai ter de ser feito. O esforço de consolidação que vai ter de ser feito vai ter de ser medido a partir de 4,1%.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças: Mais do que a controvérsia sobre se o défice de 2001 é de 3,5% ou de 4,1%, o que seguramente seria mais importante, como há pouco tive oportunidade de propor ao Governo, era aproveitar o momento

para uma séria reflexão sobre a irracionalidade dos denominados Programas de Estabilidade e Crescimento e para se promover na União Europeia um debate que conduza a uma revisão não só dos valores mas da própria orientação meramente monetarista em que assenta o Pacto de Estabilidade. O desafio fica feito!

Em todo o caso, mesmo no quadro dos que perfilham a defesa do cumprimento estrito do Pacto de Estabilidade, não podemos deixar de criticar os termos em que este processo tem sido conduzido com evidentes prejuízos para o País. É de todo incompreensível que o Governo, parecendo que, por vezes, por meras razões de combate político interno, tenha vindo meses a fio a oferecer o País ao altar dos sacrifícios de Bruxelas. Temos, seguramente, o único governo da União Europeia que exige o reconhecimento do mais alto défice possível e que quase reclama ser multado.

Devemos também ser os únicos que, perante a possibilidade, ainda nesta fase, de reivindicar o emprego de critérios técnicos mais favoráveis, optamos pelo caminho mais penalizador para o País. Não é, de facto, compreensível que, perante a possibilidade, aberta pelo relatório da Comissão para a Análise das Contas Públicas, de ser reconhecido um défice de 3,5% do PIB, o Governo o ignore, pura e simplesmente, fixando-se unicamente no valor mais elevado.

Mas, obviamente, também não são aceitáveis as operações de má engenharia orçamental que foram efectuadas pelo Governo do Partido Socialista, designadamente em matéria de transferências financeiras para as empresas públicas, bem como em transferências de Orçamento para Orçamento de despesas de anos anteriores, para além de outras operações de engenharia — aliás, já no debate orçamental de 2001 o tínhamos aqui realçado.

Tudo isto, contudo, faz sublinhar o absurdo com que o País está confrontado (aliás, o País e outros países da União Europeia): manipulam-se os registos orçamentais unicamente para se apresentarem contas compatíveis com os critérios de convergência nominal — e não somos virgens nesse aspecto: temos a Itália, temos a França, temos a Alemanha. Mas isto é, obviamente, um absurdo! Impõem-se medidas restritivas e, amanhã, de austeridade, no plano económico e social, unicamente por causa do Pacto e dos seus compromissos, embora tal nada tenha a ver com a realidade e as necessidades da economia portuguesa.

O absurdo está aí, bem à vista de todos. É altura de, com toda a frontalidade, ser questionada a irracionalidade do esforço que é exigido ao País e aos portugueses. Como vai o Governo atingir o défice zero, objecto dos compromissos com a União Europeia (ou, agora, «próximo de zero», em 2004), se não for à custa de uma brutal redução das despesas de investimento e, em particular, das despesas sociais? Qual a lógica de uma estratégia que, em vez de estimular o crescimento e a melhoria das condições de vida, vai, pelo contrário, ser um factor acrescido de retracção económica e de penalização do poder de compra? Porque é isto que vamos ter pela frente: novas medidas de contenção; um Orçamento para 2003 de desnecessária austeridade, que já se está fazer sentir nas mais diversas áreas da intervenção política e nas questões mais sensíveis e a constituir um dos argumentos para a redução cada vez maior das responsabilidades do Estado.

Por exemplo, ainda na semana passada, o Sr. Ministro da Agricultura confessou, na respectiva comissão, aqui, na Assembleia, que a não activação da totalidade dos postos de vigia no início da época se deveu às restrições orçamentais. E eu pergunto, sem querer com isto fazer demagogia: quantos incêndios não terão sido detectados ainda na fase nascente devido a este absurdo?

Mas não é menos grave o que se passa em múltiplos serviços públicos, designadamente na área da saúde, que se viram obrigados a cancelar ou a não renovar contratos de trabalho, afectando gravemente o funcionamento de serviços essenciais aos cidadãos.

Como grave é a definição de uma política de privatizações que não obedece sequer a nenhuma lógica de racionalização mas que tem como um dos — não o único mas um dos — grandes fundamentos a necessidade de o Estado realizar novos encaixes financeiros, nalguns casos e nalguns sectores, com o sério risco de entregar centros de decisão estratégicos nas mãos dos interesses estranhos às necessidades e aos interesses do País.

Não desconhecemos, Sr.<sup>a</sup> Ministra, a importância do fluxo de fundos comunitários para o nosso país. Nem desconhecemos nem ignoramos o esforço adicional de disciplina das finanças públicas que a integração na zona euro exige, independentemente das nossas divergências de fundo na matéria. Mas tal nada tem a ver com a fixação do défice como critério de aferição dessa disciplina e, além do mais, de um valor completamente arbitrário cuja racionalidade técnica e financeira ninguém descortina e cujo cumprimento vai, obviamente, contra as necessidades de dinamização da economia.

O debate ainda não está feito, Sr.<sup>a</sup> Ministra. Neste preciso momento, o debate está a ser feito por especialistas em toda a Europa, hoje, que questionam estes critérios, que questionam esta filosofia. O debate está a ser colocado na mesa e na ordem do dia por países que chegaram à conclusão de que também têm dificuldades em os cumprir. Porque é que nós nos recusamos a colocar também esta questão? Como a Sr.<sup>a</sup> Ministra sabe — já o disse aqui na última reunião e ninguém o contestou —, o défice de 3% é apurado a partir de um *ratio* de dívida de 60% sobre o PIB, que era a média do *ratio* da dívida dos anos 80, multiplicado por um crescimento do PIB de 5%, que era a média do crescimento da Alemanha nos anos 80. Foi assim que chegaram ao défice de 3%! Isto tem alguma base técnica? Não tem nenhuma, Sr.<sup>a</sup> Ministra! Podia ser 5%, podia ser 4%, podia ser 6%... Isto não é indiferente, sobretudo para países como o nosso. Então, porque é que nós nos recusamos a pôr esta questão em cima da mesa, tal como outros países estão a querer fazer ou a fazê-lo? Penso que esse é um caminho que temos de fazer.

Todos estamos de acordo de que é necessário privilegiar a boa despesa, mas essas são as despesas de investimento e as despesas sociais que criam as condições para a dinamização do crescimento económico. Mas, sobretudo, o que seria necessário é que o vigor que o Governo coloca no lado da despesa o pusesse igualmente no lado da receita. Porque, como demonstra o relatório da Comissão para a Análise das Contas Públicas, o desequilíbrio dá-se mais no lado das receitas com uma diferença para menos, em 2001, de 2,8%, do que da diferença do lado das despesas, embora já haja, e eu reconheço-o, desequilíbrio entre despesas correntes e despesas de capital.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se. Faça favor de concluir.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente.

Combata-se o desperdício na despesa pública, mas combata-se também a fraude e a evasão fiscal, para o que é absolutamente necessário abrir-se o sigilo bancário; tributem-se os grandes patrimónios; obrigue-se o sector financeiro e as grandes companhias a pagarem o que é devido em matéria de impostos sobre os lucros; dêem-se meios e coerência de funcionamento aos serviços tributários, e temos resolvidos muitos dos problemas financeiros do Estado. Questões que, aliás, estranhamente, parecem estar afastadas das preocupações imediatas também do Sr. Governador do Banco de Portugal. Esta é que é a exigência que «tem de ser colectivamente assumida». E, para ela, pode o País contar connosco.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Uma vez mais, a questão da derrapagem e do défice orçamental retoma a Assembleia da República, neste caso, numa Comissão Permanente, após ter sido concluído o estudo sobre a dimensão do défice. E se pode haver duas leituras e incerteza sobre a real dimensão da derrapagem, a verdade é que ela existe e é sobre ela que hoje estamos a discutir.

Do nosso ponto de vista, independentemente de outras leituras, nomeadamente, a das responsabilidades partilhadas em relação à situação a que chegámos, aquilo que deve ser discutido em primeiro lugar é se deve ser um dogma e, se é um dogma, se é aceitável o tecto que nos é imposto e em que medida é que esse tecto e a lógica que lhe está implícita, ela própria, não é uma lógica perversa que condiciona o desenvolvimento e as transformações que se impõe fazer no País.

A segunda questão que nos parece importante ser discutida é a do conteúdo exacto dos meios para corrigir o défice existente e para atingir o que nos é imposto e que o Governo, aliás, inquestionavelmente, não coloca como objectivo de défice zero ou «próximo de zero».

Do nosso ponto de vista, o que faria sentido era discutir em que medida é que existem ou não critérios e quais para que o objectivo da contenção das despesas se atinja. É que todos sabemos que, quando há cortes a fazer, estes têm prioridades e há, seguramente, uma hierarquia de valores que deve subordinar as escolhas, os caminhos para que se façam correcções.

Para nós, não é compreensível que se esteja a fazer este debate sem discutir, por exemplo, como e quando é que se melhoram os mecanismos de combate à fraude fiscal e de aumento de receita.

Não faz sentido que não se discuta e que não se hierarquize, com precisão, áreas em relação às quais, manifestamente, não podem existir cortes, designadamente, nos domínios sociais, que mexem com necessidades básicas dos cidadãos, e não deixa de ser estranho que algumas das medidas que tinham sido anunciadas há algum tempo, independentemente da crítica que fizemos pela ausência de critérios com que foram anunciadas, não estejam a caminho.



Significa isto que é estranho que não haja um programa exacto, claro e definido no tempo em relação ao funcionamento, por exemplo, de institutos e de empresas públicas, assim como é estranho que, em relação às derrapagens, que se continuam a verificar, nalgumas obras públicas, nomeadamente na construção dos estádios, e que irão ter reflexos no erário público, não se ponham em marcha auditorias que tinham sido anunciadas.

Portanto, do nosso ponto de vista, é fundamentalmente por aqui que a discussão no Parlamento e na sociedade devia fazer-se.

Se há cortes a fazer, é preciso discutir quais são os critérios, quais são os valores, quais são as escolhas que devem presidir a esses cortes e por que razão outros mecanismos de correcção, de transparência e de contenção da despesa em matérias que são, seguramente, discutíveis e que não são prioritárias para a satisfação do bem-estar dos cidadãos estão atrasados ou foram aparentemente esquecidos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Reunimo-nos aqui em sessão em alvissaras ao Governo e a pergunta é: porquê? O motivo invocado é a publicitação do relatório da Comissão para a Análise das Contas Públicas.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças veio tomar compromissos que já estavam tomados. Seguramente, não deve ter vindo «puxar as orelhas» ao Partido Socialista, porque ele já não tem orelhas para serem puxadas. Então, pergunta-se porquê.

Creio que a invocação que fez aos partidos da oposição e aos parceiros sociais é o nó político do debate que estamos a ter. E aí a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças foi especialmente dura: fez um aviso. E é exactamente esse aviso que, creio, é discutível. Muito mais do que os critérios técnicos que comportam esta análise das contas públicas.

Se é certo (e nós acompanhamos) que é necessário controlo orçamental, não é seguro, para nós (e contestamos) que as medidas que venham a ser tomadas para o controlo orçamental e para a trajectória descendente do défice tenham que ser exactamente aquelas que são propostas pelo Governo. E, em termos políticos e sociais, esse vai ser o nosso calendário próximo. É rigorosamente isso!

O desafio que a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças aqui faz aos sindicatos, aos partidos de esquerda, aos movimentos sociais é neste sentido: ou aceitam as nossas medidas ou, então, não será possível o controlo orçamental tal como o Governo o quer executar.

Ora, é com isto que nós não estamos de acordo. Não só porque entendemos que poderia iniciar-se um processo de revisão dos critérios de convergência e do Pacto de Estabilidade e Crescimento — e não andaremos longe da verdade se, dentro de algum tempo, não voltar a leitura flexível do programa de convergência — mas também porque há outras escolhas. Nós não estamos condicionados às escolhas do Governo PSD/CDS no sentido de terem de ser estas as escolhas para que haja uma redução do défice que nos permita a convergência com os compromissos já to-

mados com a União Europeia, e não há alternativa. Esse é o discurso da falta de escolhas, da impossibilidade de haver alternativas às medidas do Governo: medidas de cortes sociais, medidas de cortes no investimento, medidas da eufemisticamente chamada «moderação salarial» e toda uma série de medidas que têm, no fim de contas, apenas o recorte de uma mão dura, de uma mão muito pesada sobre os direitos sociais e que não vão ajudar, tendo em conta que estamos numa situação económica de estagnação, segundo reconhece o Banco de Portugal, com tendência para se agravar.

Então, este vai ser o debate político. Eu entendi perfeitamente a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças. A Sr.<sup>a</sup> Ministra deixa-nos um aviso: ou os partidos da oposição, os sindicatos e os movimentos sociais aceitam esta política ou não há outra política! Voltamos ao discurso inicial da «tanga». «O País está de tanga e, como tal, só existem estas medidas para que não esteja nesta situação»!

O que questionamos completamente é o discurso da inevitabilidade das medidas deste Governo para que possamos cumprir o défice acordado, na medida em que haveria outras formas que muito poderiam ajudar à poupança do Estado para o controlo orçamental e para a redução do défice, como a base de elaboração orçamental, os injustificados privilégios fiscais do sector financeiro, a redução de despesas do Estado que são desnecessárias e totalmente injustificáveis e onerosas, como a compra de determinados equipamentos militares e outros.

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Ministra, não aceitamos que nos digam: ou as propostas do Governo e da Sr.<sup>a</sup> Ministra, porque essas é que nos permitirão ficar bem na União Europeia e não ficarmos como aqueles que têm que pôr as «orelhas de burro», o que ferirá, seguramente, o orgulho nacional — e este é o discurso da inevitabilidade da aceitação de todos os atentados aos direitos sociais —, ou, então, não há qualquer outra hipótese.

Aqui nos terá e, seguramente, vai ter contestação e agitação social, porque assim não se prosseguem medidas de controlo orçamental.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Todos assumimos as nossas responsabilidades!

Sr. Presidente, o défice de 2001 é mais elevado do que o previsto, embora seja mais baixo do que aquele que o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, anunciou antes das eleições legislativas.

Convém estudar-se atentamente o relatório agora conhecido, de forma a poderem tomar-se as adequadas medidas para o futuro, nomeadamente tendo em conta diversas recomendações feitas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É claro que este aumento do défice não se deve essencialmente ao incremento das despesas — cerca de 0,2% do PIB —, mas, sim, à redução das receitas, da ordem dos 2,8%.

Estamos conscientes de que o anterior governo não acertou na previsão orçamental das receitas feitas para 2001 e certamente as responsabilidades respectivas são e serão assumidas. Não foi, pois, o despesismo repetido à exaustão pelos propagandistas do PSD que esteve em causa, mas, sim, a quebra das receitas, a qual teve a ver não só com o

abrandamento económico sentido em 2001 mas também com o impacto económico da extraordinária ocorrência que foi o 11 de Setembro. É ainda importante ter em conta a repercussão dos efeitos da reforma dos impostos sobre o rendimento, a qual, para além de ter beneficiado muitas empresas, reduziu significativamente o IRS para centenas de milhares de cidadãos e de cidadãos contribuintes.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Quanto à despesa, há realmente uma necessidade de controlo do peso estrutural da despesa pública, nomeadamente os designados custos das administrações, o qual devia ser objecto do consenso alargado entre forças sociais e políticas. Essa orientação passou, nomeadamente, pela elaboração da Lei de Enquadramento Orçamental e pela nossa posição quanto à Lei da Estabilidade Orçamental.

Não podemos, entretanto, deixar de notar que o actual Governo, na relevante questão do novo critério dos *accruals* (ou incobráveis) não só baixou os braços, não só baixou a bandeira, como adoptou publicamente o ponto de vista mais desfavorável a Portugal, não utilizando a derrogação de que dispúnhamos, retirando, assim, espaço de manobra às posições que mais interessava o Estado português defender. Outros governos europeus, recém-chegados ao poder, souberam ultrapassar similares tentações, defendendo, na esfera europeia, de forma mais adequada, em meu entender, as posições dos seus países.

Sem querer discutir os números apresentados para o défice, nem sequer o intervalo apresentado no relatório da Comissão para a Análise das Contas Públicas, julgamos que poderia, a serem utilizados os critérios mais frequentes noutros países, situar-se o limite inferior do dito intervalo bastante mais abaixo. Isso pode deduzir-se com alguma facilidade de uma leitura atenta do relatório em causa, nomeadamente no que se refere aos critérios aplicados quanto às dotações de capitais. Mas não vamos discutir isso. Para nós, a polémica está encerrada!

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Somos o único País em que as contas públicas foram submetidas desta forma ao escrutínio de um independente Banco Central. O que aconteceria se o mesmo passasse a ser o método para os nossos parceiros? A verdade é que entendemos que os métodos agora usados para Portugal devem ser igualmente aplicados nos outros países. Em quanto não subiriam alguns dos défices do sector público administrativo, caso fossem aplicados critérios idênticos? Quando sabemos que um conjunto de Estados que representam mais de metade do produto interno bruto da zona euro estão com dificuldades em cumprir as metas estabelecidas para 2004, tudo isto dá que pensar.

Esperamos — e esta Comissão Permanente será um avanço nesse sentido — que a Sr.<sup>a</sup> Ministra não aceite que sejam aplicados a Portugal critérios que discriminem negativamente a apreciação das nossas contas públicas.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O que podemos esperar é que este trabalho, liderado pelo Banco de Portugal, vá certamente encorajar outros países a adoptarem critérios tão exigentes e rigorosos como os que constam do relatório que aqui apreciamos.

Srs. Deputados, o que nos interessa mais é o caminho do futuro, o que implicará aplicar-se legislação sobre estabilidade orçamental e aperfeiçoá-la oportunamente na linha que preconizamos.

O que interessa a Portugal é analisar serenamente o passado e dele extrair lições para o futuro.

Porém, não podemos esquecer-nos do período em que uma conjugação de forças da oposição ao governo socialista, nomeadamente Deputados do PSD, que deveriam ter sentido de responsabilidade, desenvolveram esforços terríveis para aumentarem, de forma in comportável, despesas previstas, por exemplo, na Lei das Finanças Locais. Como também nos lembramos de numerosas actuações da liderança do PP no sentido de se aumentar o défice do sector público administrativo nem sempre de forma razoável.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Queremos assegurar a VV. Ex.<sup>as</sup> que não teremos na oposição o comportamento que outros tiveram, procurando frequentemente, de forma desequilibrada, aumentar a despesa pública.

Como a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças sabe bem, se o anterior governo tivesse aceite muitas das propostas dos Deputados então na oposição, o défice ainda seria maior.

Sr. Presidente, é necessário extraírem-se todos os ensinamentos deste relatório, entendendo que foram essencialmente circunstâncias excepcionais que justificaram os desvios significativos verificados em 2001.

É necessário dispor-se dos instrumentos que permitam detectar rapidamente quaisquer quebras de receita, como é importante sublinhar que o papel da Assembleia da República deve ser reforçado neste domínio, o que permitirá um conhecimento mais aprofundado e uma mais aperfeiçoada monitorização do processo.

O que nós queremos realmente é um processo global de acompanhamento e controlo da despesa pública efectuado pela Assembleia da República e pelo Tribunal de Contas, em ligação com os sistemas de controlo do Governo e da Administração Pública.

Neste trabalho conjunto para um melhor controlo da execução orçamental, no seguimento de um conjunto de propostas apresentadas por Deputados do PS e já aprovadas em boa parte, o PS continuará a adoptar uma atitude altamente responsável.

Sr. Presidente, Srs. Ministros e Sr. Secretário de Estado do Orçamento, Srs. Deputados: O que não podem esperar é que, como grande partido da oposição que somos, possamos ser condicionados por esta polémica na nossa actuação, na nossa linha de orientação política. Continuaremos firmes na defesa das nossas causas sociais e políticas. Não podem ser, essencialmente, os desfavorecidos a arcar com as dificuldades da situação orçamental.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador: —** As dificuldades terão de ser repartidas de forma equitativa, tal como os frutos do desenvolvimento terão que ser repartidos de forma solidária.

No respeito pelo equilíbrio financeiro e pela estabilidade orçamental, no médio e no longo prazo, seremos persistentemente fiéis aos nossos princípios e aos interesses da grande maioria das portuguesas e dos portugueses.

Para tudo isto, podem contar connosco!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado do Orçamento, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: No início desta minha intervenção (e confesso que não tencionava começar por aqui), não posso deixar de registar o facto extraordinário que é o Sr. Deputado Hasse Ferreira, numa matéria destas, ainda dar-se ao luxo de fazer recomendações, ou insinuações, ou críticas a partidos da oposição e, designadamente, a nós próprios e ao Partido Social Democrata. É, indiscutivelmente, um facto extraordinário e notável!

A este propósito, lembro tão-só que aquilo que nós aqui propusemos no passado, que foi o aumento da despesa social, está na primeira linha de preocupações deste Governo, designadamente através das propostas feitas pelo Dr. Bagão Félix.

Lembro também que aquilo que nós propusemos (e que o senhor não referiu, aliás, fez questão de esquecer, hoje) foi um corte sério ao nível da Administração Pública, designadamente apresentámos propostas em matéria de institutos públicos, que tiveram o apoio das bancadas do CDS-PP e do PSD e que os senhores, na altura, não quiseram ouvir nem saber. Portanto, sobre isto, estamos entendidos!

Em relação ao resto, com a consciência clara de quem entende que controlar o défice é, mais do que uma obrigação do Estado português, uma regra de bom governo (porque é, fundamentalmente, uma regra de bom governo), gostaria de dizer que o Partido Socialista, nesta matéria, nunca acertou! Cometeu um erro técnico, porque não acertou nunca. Fez as mais desvairadas previsões, colocou as mais variadas hipóteses, e não conseguiu nunca, em circunstância alguma, acertar nos números ou acertar nas suas previsões. E, se governar é prover, também por aí estaremos entendidos!

Em segundo lugar, cometeu um erro político, erro político esse que repete agora e que é o de achar que isto se resolve não dizendo a verdade. Ou seja, que é melhor esconder a verdade, dizendo: «Não é bem assim! A gente faz aqui um “truquezinho” contabilístico, «empurra para debaixo do tapete», esconde e, portanto, não dizendo a verdade, pode ser que esta coisa passe, que eles não se apercebam e que o problema esteja resolvido». Este é o segundo erro, e é um erro político!

Em terceiro lugar, comete um erro, eventualmente mais grave, que é um erro de consciência. E o erro de consciência é o de só assumir uma parte da responsabilidade e nunca assumir a responsabilidade toda, nem até às últimas consequências.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Senão vejamos: a 6 de Setembro de 2001, Guilherme d'Oliveira Martins garante 1,1% de défice. A seguir, em 25 de Setembro de 2001, o mesmo Guilherme d'Oliveira Martins diz que pensar em 2% de défice é claramente excessivo. A seguir, em 15 de Outubro de 2001, Guilherme d'Oliveira Martins admite 1,7% de défice. A seguir, em 21 de Novembro de 2001, Guilherme d'Oliveira Martins admite que o défice pode ultrapassar 1,7%. Logo a seguir, a 15 de Janeiro de 2002, Guilherme d'Oliveira Martins confirma 2,2% de défice. E, em 30 de Janeiro de 2002, Guilherme d'Oliveira Martins diz: «Política orçamental é correcta». Portanto, não acertaram nunca!

Mas mesmo a posteriori, recentemente, já na oposição, o Secretariado Nacional, através do seu porta-voz, Dr. Paulo Pedroso, vem dizer: «Estamos seguros de que o défice de 2001 não chegará aos 3%». Isto, em 9 de Abril de 2002!

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — É extraordinário!

**O Orador:** — A seguir, o líder parlamentar vem dizer: «O Governo devia pedir desculpas» por apresentar os números da verdade quando foram apresentados pela primeira vez. E Ferro Rodrigues acusa, hoje, Durão Barroso de ter tomado uma atitude contrária ao interesse do Estado português ao referir que o défice pode ser de 3,9%.

Este foi o comportamento do Partido Socialista e sobre isto não há explicações nem haveria desculpas que fossem suficientes!

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Não há é perdão!

**O Orador:** — E agora, ao ouvirem falar dos 3,5%, em vez dos 4,1%, continuam na mesma lógica. O que é o mesmo que dizer que os senhores pegaram no carro, destruíram o carro, deram cabo de tudo, o carro não funciona, e os senhores, no fim, vêm dizer: «Mas espera lá, parece que os bancos não estão assim tão maus! Não anda, mas dá para aproveitar os bancos e um bocadinho do volante»!

E, depois, fazem uma coisa que, na minha opinião, é ainda pior, e desculpem-me que vos diga pela consideração que tenho pelos senhores, mas acho lamentável. Vêm dizer: «Mas parece que não fui só eu que andei com o carro! Havia outro, antes de mim, que andava com o carro!» O Dr. Oliveira Martins vem dizer: «Foi o Dr. Pina Moura que arranjou esse problema todo. Não fui eu!». No fundo, é o empurrar de uns para os outros!

**O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS):** — Não, não!

**O Orador:** — E cito: «Ex-ministro justifica défice com a herança de Pina Moura».

**O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS):** — É mentira!

**O Orador:** — Empurram uns para os outros e tentam dar essa explicação!

**O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS):** — Isso é mentira!

**O Orador:** — Tenho de lhe dizer, Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, porque está escrito,...

**O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS):** — Pode citar a minha afirmação?

**O Orador:** — O Sr. Deputado responderá a seguir!

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Cite integralmente a afirmação!

**O Orador:** — O Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins diz, integralmente, isto: «As dificuldades que a Sr.<sup>a</sup> Ministra tem são as mesmas que eu tive e que os meus antecessores tiveram». Ora, eu quero dizer-lhe que não são as mesmas.

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Então?!

**O Orador:** — As dificuldades que a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite tem são muito maiores do que as que o senhor teve, porque entretanto o senhor passou por lá. Portanto, as dificuldades são maiores, porque o défice continuou a aumentar a seguir à sua passagem!

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Agora, a atitude da actual Ministra das Finanças, tal como a atitude deste Governo, é que é completamente diferente. E é por aí que nós poderemos estar descansados!

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — O Dr. Ferro Rodrigues diz que o Governo escolheu um determinado número do défice. Ora, isso do número do défice não se escolhe: ou se controla ou não se controla. Os senhores nunca o controlaram, e esse é que foi o problema!

Já agora, já que os senhores entendem que essa diferença técnico-jurídico-contabilística dos 0,6% é assim tão relevante, pergunto-vos: onde é que estão os tais 156 milhões de contos ou, se preferirem, os 756 milhões de euros? Existem ou não existem? Estamos a falar de um determinado valor que existe ou não existe!

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Tem de ler o relatório!

**O Orador:** — Esse valor não voou, não desapareceu, não está numa conta no estrangeiro, não está «escondido debaixo do tapete». Portanto, os senhores expliquem-me se existe ou não. Essa é que é a razão fundamental.

Termino, desafiando-os a uma última coisa: saber até onde é que vai esse vosso compromisso de responsabilidade. O que é que isso quer dizer? É uma declaração momentânea, porque perante tudo isto nada mais podem dizer dado que estão, obviamente, encabulados com toda esta situação, e, portanto, fazem agora uma declaração, ou isso vai ter consequências na vossa política e no vosso comportamento?

Já ouvimos aqui dizer por parte dos grupos parlamentares mais à esquerda que o que é preciso é agitação social. Pergunto como é que o Partido Socialista se vai comportar. Vai até às últimas consequências e seguir o que diz, na parte final do relatório, o Dr. Vítor Constâncio, quando refere que «O país iniciou agora um exigente período de ajustamento que tem de ser colectivamente assumido. Os objectivos definidos no contexto do Pacto de Estabilidade impõem que o défice se reduza significativamente em 2003 e 2004 num esforço de consolidação orçamental que todos os responsáveis têm o dever de apoiar (...)»?

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Os senhores vão seguir este caminho? Ou vão continuar, como, lamentável e inconscientemente,

têm estado nestes últimos três meses, a radicalizar e a apelar a uma radicalização cada vez maior? É isso que, no fundo, nós queremos saber!

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

**O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS):** — Sr. Presidente, para já, é para uma interpelação à Mesa, porque não quero usar a figura da defesa da honra, uma vez que a questão que aqui está em causa é muito simples e muito clara.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS):** — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Telmo Correia acaba de fazer a citação de um título que não corresponde a nenhuma frase que eu tenha afirmado na entrevista que citou.

Gostaria também, Sr. Presidente, até porque intervirei daqui a pouco, de contrastar o sentido de Estado que foi aqui demonstrado pela Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças na sua intervenção, uma intervenção feita com a serenidade e o rigor que são indispensáveis neste momento,...

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... com uma intervenção que, naturalmente, vai buscar elementos que não servem para empenhar toda esta Câmara numa tarefa nacional, que é aquela perante a qual nos encontramos.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins, uma interpelação à Mesa dirige-se à Mesa, pelo que a Mesa é que deveria dar uma resposta. No caso presente, a Mesa não tem qualquer resposta a dar, regista apenas a sua intervenção.

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Sr. Presidente, não tenho direito de resposta?

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Telmo Correia pede a palavra também para uma interpelação à Mesa?

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Sim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Espero que seja uma intervenção que a Mesa apenas tenha de registar.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Sr. Presidente, uma vez que o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins se referiu a mim, gostaria de dizer apenas duas coisas, muito brevemente.

Se o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins quiser seguir o caminho dos desmentidos, tem aqui uma longa lista de uma vasta cronologia de desmentidos de declaração que poderia fazer.

Em relação a este em concreto, enfim, é a dedução que é feita das suas declarações, como título, pelo responsável pela notícia. Pergunto-lhe se, eventualmente, se deu ou não ao trabalho de desmentir esta mesma notícia, porque eu não tenho conhecimento, para ser sincero (e admito que tenha existido esse desmentido), de algum desmentido em relação a esta notícia.

Quero dizer-lhe, no entanto, que, do nosso ponto de vista, não vem mal ao mundo. De resto, compreendo que o Partido Socialista, o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins e a generalidade da bancada não gostem de algumas das intervenções que nós fazemos e que pensem que isso é falta de sentido de Estado.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — O Sr. Deputado não leu a entrevista!

O Orador: — Penso que falta de sentido de Estado é a situação de Portugal ser o único País que, até hoje, está sujeito a este processo. Isso é que é grave e isso é que é falta de sentido de Estado!

Em relação ao que dizemos quando acusamos o Partido Socialista, peço desculpa, mas tenho de o dizer pela razão simples de que é a verdade!

E talvez possa fazer um acordo, não com o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins mas com toda a bancada do Partido Socialista. Iria propor, amigavelmente, um acordo sério, que é tão simples como isto: no dia em que os senhores deixarem (como ainda aqui hoje assistimos) de dizer falsidades e mentiras sobre o Governo que eu apoio, eu deixo de dizer a verdade sobre o governo que os senhores protagonizaram!

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Mas que coisa tão disparatada!

O Sr. José Magalhães (PS): — E isto é um assunto sério!...

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Tavares Moreira.

O Sr. Tavares Moreira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O relatório da Comissão para a Análise das Contas Públicas, agora divulgado, vem prestar um contributo inestimável para a clarificação das contas públicas em Portugal que não se esgota na questão da correcta relevação do *deficit* do sector público administrativo em 2001, fixando-o em 4,1% do produto interno bruto, de uma forma inequívoca.

A este respeito, diria apenas que o que conta, fundamentalmente, não são as alterações metodológicas, o que conta, fundamentalmente, são as realidades financeiras a que essas metodologias se aplicam. E nós poderíamos perfeitamente conviver com as alterações metodológicas, se não fosse o lamentável desempenho das realidades financeiras a que essas metodologias se aplicam.

Mas, como disse, não se esgota aí o contributo deste relatório, uma vez que nele se contém um conjunto de notas metodológicas do maior interesse e, certamente, da maior utilidade para o futuro acompanhamento das contas públicas, em Portugal.

Este relatório oferece também motivo para uma muito séria reflexão entre todos aqueles que partilham responsabilidades na definição e na execução da política orçamental.

Parece útil, neste quadro, começar por sublinhar a parte final do texto de introdução subscrito pelo Governador do Banco de Portugal. «(...) qualquer que tenha sido a sua origem,...» — diz o Governador do Banco de Portugal — «... o aumento do défice no ano passado significa que a política orçamental foi expansionista, tendo provocado um aumento do défice primário ajustado ao ciclo.

O elevado défice atingido tem também a gravidade de não respeitar o Pacto de Estabilidade ao exceder o limite de 3%. Para evitar as consequências mais graves associadas a uma eventual declaração de défice excessivo por parte do Conselho da União Europeia, é essencial corrigir a situação já este ano. (...) A correcção desejada parece, assim, possível ...» — diz o Governador do Banco de Portugal — «... sobretudo depois das medidas já adoptadas pelo Governo e tendo em conta a execução orçamental até este momento. O país iniciou agora um exigente período de ajustamento ...» — como, aliás, já foi referido pelo Sr. Deputado Telmo Correia — «... que tem de ser colectivamente assumido. Os objectivos definidos no contexto do Pacto de Estabilidade impõem que o défice se reduza significativamente em 2003 e 2004 num esforço de consolidação orçamental que todos os responsáveis têm o dever de apoiar para que Portugal respeite os seus compromissos e, acima de tudo, construa as bases de uma política orçamental correctamente anti-cíclica como é essencial para um país membro de uma União Monetária.»

Em algumas intervenções no Plenário da Assembleia da República, no início desta Legislatura, procurei pôr em evidência a função insubstituível da política orçamental, neste período em que se colocam enormes desafios à economia portuguesa. O primeiro destes desafios é, inquestionavelmente, o de travar, o mais depressa possível, e inverter, logo que possível, o formidável desequilíbrio que se tem acumulado nos últimos anos, com especial intensidade a partir de 1998, entre a despesa interna e a produção de bens e serviços, e que determinou um vertiginoso processo de endividamento externo, entre o final de 1997 e de 2001, superior a 50 000 milhões de euros.

Nessas intervenções, socorri-me frequentemente da citação de textos do Banco de Portugal acerca das implicações da nossa participação na zona do euro para o processo de ajuste macroeconómico e, concretamente, para a correcção daquele desequilíbrio entre a despesa interna e a produção.

A indisponibilidade dos tradicionais instrumentos de regulação macroeconómica, frequentemente utilizados no período anterior à nossa participação na zona do euro, coloca a política orçamental e de rendimentos no centro da política económica como único instrumento de regulação eficaz no curto prazo. É necessário entendermos que, se a política orçamental não cumprir a sua função reguladora da economia, as forças do mercado não deixarão de o fazer — como também tive, em tempos, a oportunidade de salientar aqui, — só que, neste caso, com custos extraordinariamente elevados para a economia e para a sociedade, nomeadamente com reflexos anormais sobre o nível do desemprego. E como é que o mercado iria exercer o seu

papel regulador? Através, obviamente, de um fenómeno que já se iniciou, que é o endurecimento inevitável da restrição financeira, via preço e via quantidade.

Pode, assim, conceber-se um cenário, que seria o mais pessimista de todos e que alguns parece pretenderem, se optássemos pelo prosseguimento de uma política orçamental expansionista nesta fase. Acabariamos, então, por acumular os efeitos excepcionalmente negativos da declaração de uma situação de défice excessivo, com inimaginável perda de credibilidade para o País, com consequências muito mais onerosas do que as simples sanções financeiras inerentes a essa situação...

**O Sr. Machado Rodrigues (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... e, por outro lado, os efeitos de uma recessão económica muito longa, inevitavelmente forçada pela crescente restrição financeira, com destruição maciça de empregos e um extensíssimo cortejo de falência de empresas. Em dois ou três anos — não tenhamos a mais pequena dúvida! — o desemprego atingiria níveis de dois dígitos, a agitação social tornar-se-ia, provavelmente, insuportável.

Não nos esqueçamos, com as devidas adaptações, do que se passa, neste momento, na Argentina, que leva já uma taxa de desemprego de 22%, em consequência de equívocos sistemáticos nas opções de política económica e financeira num regime de câmbios fixos. Não sei se o regime de câmbios fixos era ou não o adequado, o certo é que, em regime de câmbios fixos, aquelas políticas eram insustentáveis e, hoje, aquele país está na desgraçada situação que conhecemos.

**O Sr. Machado Rodrigues (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Não é possível, nem por um instante, admitir que este cenário possa constituir uma opção de política em Portugal! Não pode deixar de ser liminarmente rejeitado.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas é necessário termos consciência da sua possibilidade para percebermos do que estamos a falar e das consequências das políticas que alguns continuam, consciente ou inconscientemente, a sustentar.

Não é mais aceitável, no ponto crítico em que nos encontramos, continuar a sustentar políticas financeiras sem a consideração de todas as suas consequências. Aqueles que hoje teimam, ainda, em defender uma política orçamental expansionista, por vezes argumentando os melhores propósitos, no contexto dos compromissos que assumimos na União Europeia e, sobretudo, no contexto de grave desequilíbrio económico e financeiro a que a nossa economia chegou, estão, consciente ou inconscientemente, a pretender que a economia portuguesa entre numa recessão profunda e muito longa, sem fim à vista, com excepcional agravamento das injustiças sociais. Este último ponto não pode deixar de ser salientado, pois os mais duramente atingidos pelo processo deflacionista de ajustamento, seriam os trabalhadores das pequenas e médias empresas industriais ou de serviços.

**O Sr. Machado Rodrigues (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Estamos infelizmente num momento em que os custos de uma política orçamental procíclica, que existem, evidentemente, são, no contexto específico do País e da sua economia, incomensuravelmente mais reduzidos do que aqueles que resultariam de uma política anticíclica.

Como o Banco de Portugal bem acentuou, e o seu próprio Governador, no último Boletim Económico de Junho, o País não tem hoje alternativa, está forçado a adoptar, agora, em ciclo descendente, uma política orçamental procíclica. Nem espaço temos, note-se, como o mesmo Banco de Portugal também assinalou, para deixar funcionar os chamados estabilizadores automáticos, porque nos impediriam de cumprir os nossos compromissos com a União Europeia e porque o seu funcionamento equivaleria, na prática, a neutralizar a desejada função correctora dos desequilíbrios económicos até hoje acumulados.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Não bastaria, por isso, maior eficácia no combate à fraude e à evasão fiscal. Isso é muito importante, por via da receita, para o esforço de consolidação orçamental, mas teria pouco efeito, do ponto de vista da regulação macroeconómica.

É claro que, quando enveredamos por esta reflexão, não é possível omitir o papel das políticas que actuam do lado da oferta, que têm por objecto estimular a oferta de bens e serviços, com medidas que pretendem produzir efeitos a mais curto prazo e outras, de carácter mais estrutural, com efeitos a mais longo prazo sobre a produtividade. Não devemos, nem podemos, esquecer a necessidade e a importância dessas políticas. O desequilíbrio estrutural da nossa economia entre a produção e a despesa corrige-se mais depressa e melhor se se conseguir actuar eficazmente sobre as duas variáveis: por um lado, moderando a evolução da despesa, com especial contributo da política orçamental e, por outro lado, estimulando a produção, sem esquecer o esforço de captação de investimento estrangeiro.

Mas do que se trata, hoje, neste momento, é da política orçamental portuguesa e da imperativa necessidade de inverter a trajectória insustentável que lhe foi imprimida nos últimos anos. Como bem diz o Governador do Banco de Portugal, trata-se de um esforço de ajustamento que tem de ser colectivamente assumido; trata-se de um esforço de consolidação orçamental que todos os responsáveis têm o dever de apoiar; trata-se, claramente, em última análise, de saber quem quer ser responsável, quem pretende cooperar neste enorme esforço de saneamento económico e financeiro do País, ou de quem, pelo contrário, não está disposto a assumir essa responsabilidade, por ignorância, por demagogia, ou por subordinação dos interesses do País em interesses particulares ou partidários.

**O Sr. Machado Rodrigues (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — À Assembleia da República cabe, em última instância, o mais destacado papel na configuração, definição e execução da política orçamental,...

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Muito bem!



**O Orador:** — ... o qual se exerce em dois momentos ou dimensões igualmente importantes: a aprovação do orçamento anual, agora com um instrumento adicional que lhe é proporcionado pela lei de estabilidade orçamental, recentemente aprovada; por outro lado, o controlo político da execução orçamental, nos termos da lei de enquadramento e ao qual a própria Assembleia emprestou nova dimensão, criando uma comissão especializada para o efeito. É vital para o País que a Assembleia da República cumpra este duplo papel com o sentido da responsabilidade especial que a situação do País justifica.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Feio.

**O Sr. Diogo Feio (CDS-PP).** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Este é um debate em que, com toda a sinceridade, devo dizer que não tenho especial gosto em participar.

Utilizando linguagem própria da época, Portugal enverga, neste momento, uma amarga «camisola amarela»; Portugal tem a pior situação orçamental dos 15 da União Europeia; Portugal é o primeiro Estado da União Europeia a ultrapassar o défice dos 3%.

**O Sr. Telmo Correia (PSD):** — Exactamente!

**O Orador:** — Cumpre-me recordar a última campanha eleitoral. Tanto o PSD como o CDS afirmaram que o défice iria estar acima de 3%. Foram acusados de falta de patriotismo. Tentou-se, já à altura, um pacto de regime, em relação à despesa, que não foi aceite. É preciso relembrar que tudo isto começou a partir de 2001, e tivemos números de 1,1% do PIB, em relação ao défice, de 2,2%, de 1,8% e chegaríamos a 2004 numa situação de equilíbrio; em 2005, estaríamos numa situação de superavit. Perante todos estes números, perante todas estas incoerências, o actual Governo, e com rigor, pediu uma comissão independente, com representantes do Banco de Portugal, do Instituto Nacional de Estatística, da Direcção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças, que concluiu, quanto às nossas contas públicas, que o resultado é verdadeiramente desastroso. Não há maneira (e temos assistido a algumas) de tentar suavizar este problema, e quanto a isso me referirei mais à tarde.

**Vozes do PS:** — Mais à tarde?!

**O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS):** — Deve ser no Caldas!

**O Orador:** — Tivemos uma política claramente em contraciclo, expansionista quando não o deveria ser, e como exemplo mais impressionante temos que, quando se devia diminuir o peso com pessoal, decidimos aumentá-lo. E perante isto a oposição, e em especial o Partido Socialista, têm reacções, no mínimo, estranhas.

E refiro aqui uma posição tomada pelo director do jornal Público, José Manuel Fernandes, que diz o seguinte: «Era difícil imaginar uma resposta mais desastrada do PS à divulgação dos dados apurados pelo Banco de Portugal e pelo INE. O mau aluno que acabara de chumbar

com 6, vem dizer que devia ter tido um 7. Isto é, veio dizer que havia lixo que devia continuar escondido debaixo do tapete. Que lástima...». Mas não vou por este caminho, vou pela utilização de uma palavra, responsabilidade, que tem um valor para o passado e para o futuro. Para o passado, exigia claramente um pedido de desculpas,...

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... exigia que se assumissem as posições e os erros que cometeram, mas, para o futuro, exigia também uma outra posição, que, por exemplo, atendessem à seguinte frase do Governador do Banco de Portugal, no relatório que aqui estamos a discutir: «(...) a correcção desejada parece assim possível, sobretudo depois das medidas já adoptadas pelo Governo e tendo em conta a execução orçamental até este momento (...)». Espero, com toda a sinceridade, que o Partido Socialista tenha em atenção esta frase.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins.

**O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: É uma intervenção muito curta, começando por salientar aquilo que já referi a propósito da intervenção da Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças. O Parlamento é a Casa da Democracia. Este é o lugar onde estes debates devem ter lugar com o vigor e a elevação a que aqui temos assistido.

Os erros assumem-se; as responsabilidades reportam-se ao passado, ao presente e ao futuro e, naturalmente, é essencial percebermos que se temos problemas, se temos dificuldades, se houve erros, é indispensável que «arregalcemos as mangas», que ponhamos acima daquilo que nos divide o que nos une e sejamos capazes de garantir que a confiança e o prestígio externo do País poderão ser recuperados.

Longe de qualquer justificação, a atitude que neste momento se exige é a de saber tirar conclusões positivas para a frente. De nada valerá esgrimir argumentos ou critérios, há que seguir as recomendações constantes neste relatório. A transparência e a co-responsabilização devem ser as regras.

Quem não tem pecados que atire a primeira pedra. O peso muito grande do Estado e da Administração Pública tem séculos, a pressão da despesa é uma constante das últimas décadas. Como tem defendido uma economista prestigiada, como é a Dr.<sup>a</sup> Teodora Cardoso, importa mudar métodos estruturais. Por isso e na linha do que o Sr. Deputado Tavares Moreira acaba de referir, torna-se indispensável que o Parlamento assuma responsabilidades acrescidas no acompanhamento das contas públicas.

E isto reporta-se a algo que eu designaria como um compromisso de regime, ou seja, a criação de um sistema permanente e integrado de acompanhamento e avaliação das finanças públicas assente em três pilares: a Assembleia da República, através de um escrutínio rigoroso e permanente das contas, em articulação com o Governo, com o sistema de controlo interno da administração financeira do

Estado, coordenado pelo Inspector-Geral de Finanças, e, naturalmente, sob a responsabilidade da Ministra de Estado e das Finanças, envolvendo, por outro lado, o Tribunal de Contas que tem, em primeira linha, a responsabilidade no tocante ao apuramento das obrigações financeiras e das consequências indispensáveis para que haja rigor.

Em vez de inventarmos novos sistemas ou estruturas, temos de reforçar os que já existem. Assim, teremos instrumentos de co-responsabilização politicamente legitimados e centrados na complementaridade entre os órgãos de soberania.

Permita-me, Sr. Presidente da Assembleia da República, que, neste particular, apele especialmente a V. Ex.<sup>a</sup> para que o Parlamento não possa deixar de continuar a assumir neste domínio, designadamente na linha da criação da comissão de contas públicas, e em articulação com a Comissão de Economia e Finanças, o acompanhamento da execução financeira, da execução orçamental e, naturalmente, dos nossos compromissos externos.

Em vez de buscarmos bodes expiatórios, digamos pois aos cidadãos que assumimos todos as nossas responsabilidades, sem recriminações mas com o método e com o rigor que impeça, no futuro, surpresas. A confiança exige-o.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Desculpas esfarrapadas!

O Sr. Presidente. — Para intervir, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Intervenho apenas para, no final deste debate, proferir algumas meditações sobre aquilo que ouvimos durante esta tarde.

O Sr. Lino de Carvalho (PC): — Estamos em dia de meditação fúnebre!

A Oradora: — Em relação à última intervenção do Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins, e com certeza que todos estamos de acordo em que ela tem que ver com a questão do acompanhamento, Sr. Deputado e Srs. Deputados, o ponto político central aqui existente não está no acompanhamento,...

**Vozes do CDS-PP:** — Exactamente!

A Oradora: — ... está na solidariedade e na responsabilidade que cabe a cada um de nós relativamente às medidas que vai ser necessário tomar para sairmos do ponto em que estamos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Essas medidas é que vão ser difíceis. Quanto ao seu acompanhamento, com certeza, Sr. Deputado, mas aquilo para que nós pedimos solidariedade e em que todos temos responsabilidades é o sítio onde nós estamos, o sítio onde chegámos e como de lá sair. É aí que solicito que todos assumamos as nossas responsabilidades e é nesse sentido que — peço desculpa — não ouvi uma palavra do Partido Socialista. Ouvi uma palavra de responsabilidade pela situação em que estamos, ouvi uma intenção de acompanha-

mento por parte desta Assembleia da evolução da situação, lamento não ter ouvido uma palavra de responsabilidade, de solidariedade e de apoio às medidas que necessariamente terão de ser tomadas para sairmos desta situação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, para uma segunda intervenção.

O Sr. Presidente. — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças, apenas quero dizer que a solidariedade na defesa do interesse nacional tê-la-á desta bancada.

O Sr. Presidente: — Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos de hoje, mas antes de encerrar a reunião não quero deixar de sublinhar o facto de o Governo, com a sua iniciativa, ter colocado perante a Assembleia um tema de grande actualidade para um debate contraditório, com participação de todas as forças políticas.

Julgo que isso corresponde ao nosso objectivo inicial de recentrar no Parlamento o debate político, por isso a nossa reunião de hoje foi bem sucedida e prestigia o Governo, com certeza, por tomar a iniciativa, e o Parlamento também.

Nesse sentido, julgo que expresse o pensamento de todos ao congratular-me com a iniciativa do Governo, esperando que noutras ocasiões não deixe de saber que o Parlamento está aqui para lhe «tomar as contas» sobre todos os vários aspectos da sua responsabilidade política.

Durante a reunião, fiz com que fosse entregue uma proposta para a distribuição dos tempos de intervenção no período de antes da ordem do dia, que se sobrepõe à proposta anteriormente vigente. Também não é necessário debatermos hoje essa matéria, isso pode ficar pendente, mas fica já apresentada uma proposta que consideraremos na nossa primeira reunião após o período de justíssimas, legalíssimas e bem merecidas férias.

A todos desejo um mês de Agosto muito produtivo, por forma a retomarmos energias para o recomeço dos nossos trabalhos parlamentares logo no início de Setembro, em Comissão, e, depois, a partir de meados de Setembro, em sessão plenária.

Boas férias para todos.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 17 horas e 30 minutos.*

*Faltaram à reunião os seguintes Srs. Deputados:*

*Partido Socialista (PS):*

Manuel Alegre de Melo Duarte

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.





# DIÁRIO

da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

---

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

€ 1,20

---